

Mestrado Profissional em Administração de Empresas

Insper

Renato Stavropoulou Barcha

Título: Comparação das motivações e incentivos entre a carreira política e privada.

São Paulo, Julho de 2020

Mestrado Profissional em Administração de Empresas

Inspere

Renato Stavropoulou Barcha

Título: Comparação das motivações e incentivos entre a carreira política e privada.

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Administração INSPER- Instituto de Ensino e Pesquisa, para a obtenção do título de Mestre em Administração

Área de concentração: Estratégia

Linha de pesquisa: Estratégia Política

Orientador: Prof. Dr. Carlos Melo

São Paulo, Julho de 2020

Resumo

A motivação deste estudo está em melhorar a classe política do Brasil. Só se torna um político aquelas pessoas que possuem disposição para se candidatar. Diante disso, procurou-se compreender as motivações e incentivos que levam uma pessoa para carreira pública e privada. Além de ampla revisão bibliográfica sobre os dois setores, foram feitas entrevistas com os dois grupos de pesquisa e pode-se chegar a um modelo de amparo para decisão entre ingressar na carreira política, ou não. Por fim, foram feitas sugestões sobre como proporcionar incentivos que atraíam profissionais mais qualificados para gestão política brasileira.

Palavras-Chave: Política, Incentivos, Custo de oportunidade, Campanhas eleitorais, Teoria da escolha pública, Financiamento de Campanha, Disposição para política, Poder, Remuneração, Instituições, Cultura Brasileira, Escolha Racional.

Abstrac

The study motivation is to improve the political class in Brazil. Only people who are willing to run for office become a politician. Therefore, the study is dedicated to understanding what are the motivations and incentives that lead a person to a public or private career. In addition to a comprehensive bibliographic review over the two sectors, executives of both sectors were interviewed to support the proposal of a model to determine in witch conditions a rational personal would choose to become a politician. Finally, there were suggestions on how to provide incentives that attract more qualified professionals for Brazilian political management.

Keywords: Politics, Incentives, Opportunity cost, Election campaigns, Theory of public choice, Campaign financing, Policy disposition, Power, Remuneration, Institutions, Brazilian culture, Rational choice.

Sumario Executivo

Este trabalho tem por objetivo compreender as motivações e incentivos que levam uma pessoa a se candidatar a um cargo político. Para isso faz-se necessário comparar os custos de oportunidade deste profissional, aqui colocado como carreira no mercado privado. A obra contempla ampla revisão bibliográfica, desde filósofos clássicos até *papers* contemporâneos de importantes *Journals*. É feita também uma análise sobre o ambiente institucional e cultural do Brasil.

O trabalho segue apresentando contra factuais sobre a razão de pessoas não irem para política. Além de revisão bibliográfica sobre os motivadores da carreira privada, são entrevistados executivos de nível de diretoria para compreender os motivos que os levaram a essa escolha, em detrimento a vida política.

Em seguida o estudo apresenta razões que levam uma pessoa a optar pela carreira política. Além de revisão bibliográfica sobre o tema, são discutidos os conceitos de Teoria da escolha pública, e o modelo atual de financiamento de campanhas eleitorais no Brasil. Também foram entrevistados deputados federais para compreender as motivações que os levaram a se candidatar.

Em posse dos dois grupos de pesquisa, executivos privados e políticos, foi feito um *Template Analysis* que derivou em um modelo de ponderação para identificar em quais condições uma pessoa toma a decisão de se tornar política. Por fim, após as conclusões extraídas do modelo, são feitas ponderações sobre como criar incentivos para que profissionais de mais qualidade aceitem ingressar na vida política.

Índice

Capítulo 1: Introdução

I. <i>Motivação e relevância do estudo</i>	3
II. <i>Escopo do estudo e resultados</i>	5

Capítulo 2: Revisão Bibliográfica

I. <i>Literatura clássica para gestores públicos</i>	8
I.A. <i>As características necessárias para o político</i>	8
I.B. <i>O exercício do poder</i>	11
I.C. <i>A forma mais próspera de governo</i>	13
II. <i>Literatura Internacional contemporânea sobre motivação e incentivos aos gestores públicos</i>	16
II.A. <i>Motivações e incentivos</i>	16
II.B. <i>Custos de oportunidade</i>	19
III. <i>Visão sobre a política institucional e o contexto brasileiro</i>	22
III.A. <i>O ambiente institucional</i>	22
III.B. <i>Aplicação ao contexto brasileiro</i>	25

Capítulo 3: Por que alguém não vai para política?

I. <i>Revisão bibliográfica</i>	34
II. <i>Contexto internacional</i>	39
III. <i>Custo da democracia: financiamento de campanha</i>	45
I.V. <i>Teste empírico: Entrevistas com gestores privados</i>	48

Capítulo 4: Por que alguém vai para política?

I. <i>Teoria da Escolha Pública</i>	51
II. <i>Teste empírico: Entrevistas com gestores públicos</i>	56
III. <i>Apresentação do modelo</i>	58

Capítulo 5: Conclusão.....

Bibliografia	68
---------------------------	----

1. INTRODUÇÃO

I. Motivação e relevância do estudo

Para explicar a motivação deste estudo vamos contemporizar a história recente da política brasileira. Em junho de 2013, em função do aumento dos preços dos transportes públicos, dezenas de milhões de pessoas foram as ruas das principais capitais do país se manifestar. O estopim deste movimento pode ter sido os 20 centavos de aumento no transporte público, no entanto, com o passar dos dias as manifestações foram se tornando uma constância e traduziram a insatisfação da população brasileira com os seus gestores públicos.

Em março de 2014 teve início a chamada operação Lava Jato. Essa investigação da polícia federal culminou em processos que desvendaram diversos esquemas de corrupção em alguns níveis do governo, em especial em licitações públicas com empreiteiras e na empresa de controle estatal Petrobrás. Como resultados destes processos, pessoas importantes do governo e diversos políticos foram presos, dentre eles o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em meio a este cenário, em dezembro de 2015, iniciou-se um processo de impeachment da então Presidente Dilma Rousseff por crime de responsabilidade fiscal. Ao final de agosto de 2016 o impeachment foi consumado e Michel Temer, então vice-presidente, assumiu o restante daquele mandato.

Para estudar a reação da população para esse contexto vivido, a FGV realizou uma pesquisa entrevistando 1568 pessoas por todo Brasil no ano de 2017, o estudo é intitulado: “O dilema do brasileiro entre a descrença no presente e a esperança no futuro”. Neste trabalho, 78% dos entrevistados manifestaram falta de confiança nos políticos e em partidos políticos, além disso 68% afirmaram que o problema que mais prejudica o Brasil é a corrupção.

Em meio a este ambiente histórico, e a comprovada descrença da sociedade brasileira em seus políticos, a população e a mídia, passaram a acompanhar mais de perto o comportamento das autoridades nacionais. No cotidiano da população tornou-se comum o debate de questões políticas, sempre salientando a necessidade de melhores condições de vida do país, bem como um viés de mudança política.

Considerando o ímpeto de melhora e desconforto da sociedade brasileira em relação a seus gestores políticos faz-se necessário compreender as motivações e incentivos que levam uma pessoa a se tornar candidato. É dever do cidadão analisar bem e escolher o candidato que mais tenha aderência as suas necessidades, no entanto ele só poderá escolher entre aqueles que se candidatem. Por essa razão é fundamental, que os incentivos para atraírem os melhores candidatos estejam claros e presentes na sociedade brasileira.

Dessa forma, o objetivo deste estudo consiste em determinar os motivos que incentivam uma pessoa a se tornar um político. Para isso, é necessário comparar o custo de oportunidade desta pessoa, ou seja, se ela não optasse por uma carreira como gestora pública ela poderia optar uma carreira em uma empresa privada. Portanto, para compreender melhor a alternativa a carreira pública, será analisada as motivações que levam uma pessoa a optar por uma carreira privada. Assim, poderemos realizar uma comparação entre as motivações e incentivos da carreira pública e privada.

Mesmo em sociedades capitalistas desenvolvidas, onde a instituições privadas estão maduras o governo continua sendo o principal agente econômico. A arrecadação de impostos em qualquer economia representa um importante percentual do PIB, esse índice é denominado carga tributária, que para o Brasil em 2019 foi de 35% e para os EUA 27%. Por essa razão a forma como os gestores públicos administram essa fonte de renda irá influenciar de maneira determinante o desenvolvimento da economia. Além disso, cabe aos políticos, de qualquer nação, administrar as reservas nacionais e principalmente estabelecer e fazer cumprir as leis e normas que estabelecem o ambiente econômico. Portanto, é fundamental para o bem-estar social que uma população tenha gestores públicos competentes.

O autor Pedro Demo em seu livro “Política social, educação e cidadania” salienta que é a cidadania do povo que mantém a qualidade dos políticos, conforme trecho: “Saber defender o lugar do Estado, do serviço público, pois toda sociedade necessita desta instância, competente e democrática. De outro, é fundamental manter o controle do Estado de baixo para cima, pois a qualidade não está nele, mas na cidadania organizada que o sustenta” (p.44). Considerando os aspectos pontuados, a relevância deste estudo está em contribuir para a formação do conhecimento da sociedade e uma reflexão sobre como podemos incentivar a melhorar qualidade dos candidatos a gestores públicos, e por consequência dos políticos.

II. Escopo do estudo e resultados

O estudo começa com uma revisão bibliográfica de autores denominados clássicos como Aristóteles, Weber, Maquiavel e outros. Esses autores contribuem para definir as características necessárias de um político. Entre os principais pontos estão a disposição para exercer um cargo público, a condição financeira necessária pra *viver para* política e não *da política*, e a motivação intrínseca para o exercício do poder. Em seguida observa-se a literatura contemporânea com diversas publicações em revistas acadêmicas internacionais. Nesta sessão, o ponto principal a se considerar é o custo de oportunidade. Alguns autores correlacionaram positivamente o aumento da remuneração dos políticos com seu desempenho [Di tella e Fisman (2004) ; Ferraz e Finam (2006) ; Messner e Mattias (2004)], isso se deve ao fato de que quanto maior essa remuneração mais pessoas qualificadas terão interesse em se candidatar. Por outro lado, existem autores como Mattozzi e Merlo (2008) que compreendem que a principal motivação para ingressar na política está em fatores como vaidade pessoal para exercício do poder.

A terceira parte da revisão bibliográfica contempla o ambiente institucional, através de instituições informais e aspectos culturais e institucionais do Brasil. Dogulas North, o principal autor sobre instituições, explica que as regras formais, mesmo em economias

desenvolvidas, compõem uma parte pequena das restrições que moldam o ambiente econômico. Por essa razão contempla-se a obra de Sergio Buarque de Holanda “Raízes do Brasil” onde salienta-se que a cultura brasileira tende ao “homem aventureiro” cujo ideal é colher o fruto sem plantar a árvore. Considera-se também, a obra de Sergio Lazzarani, “Capitalismo de laços” representa a forma como a iniciativa privada se relaciona com o poder público no Brasil.

O terceiro capítulo representa os motivos pelos quais uma pessoa não vai para vida pública. Em primeiro lugar é feita uma breve revisão da literatura, o principal ponto abordado é a metodologia ROI (return on investment) dos autores Doug Jensen, Mc Mullen e Mel Stark em sua obra “The Manager’s Guide to rewards”. Segundo os autores, assim como as empresas avaliam qualquer decisão de investimento de acordo com o retorno que dará para a companhia, ao avaliar a contratação de um funcionário a empresa deve criar parâmetros para também dimensionar o retorno sobre este investimento. Também neste capítulo apresentamos uma comparação entre quantas vezes acima da riqueza média o líder de cada estado ganha. É notável que quanto maior o IDH do país menor é a discrepância entre o líder do estado e riqueza média do país.

Ao final do terceiro capítulo é apresentada a metodologia qualitativa da pesquisa. Foram entrevistados dois grupos de pessoas, o primeiro, apresentado no capítulo 3, de executivos privados de nível hierárquico de diretoria. Através de um questionário previamente estabelecido pode-se observar as razões que os fizeram optar pela carreira privada e principalmente os motivos que não os levaram para a carreira pública.

O capítulo quatro inicia-se abordando a Teoria da Escolha Pública. Em seguida são analisadas as entrevistas do segundo grupo de pesquisa, majoritariamente composta por atuais deputados federais. Considerando-se toda a bibliografia analisada e as duas séries de entrevistas, foi possível identificar quais as variáveis de escolha de uma pessoa ao decidir pela carreira pública e privada. Com isso é proposto um modelo que pondera essas variáveis e identifica em quais circunstâncias uma pessoa entra ou não na vida pública.

Ao final do trabalho são feitas conclusões a respeito de todo conteúdo apresentado bem como ao modelo proposto. Além disso, é apresentada uma reflexão sobre o momento político vivido no Brasil, e de que forma pode-se tentar melhorar a qualidade dos políticos do país.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

I. *Literatura clássica para gestores públicos*

I.A - As características necessárias para o político

Iniciemos essa bibliografia observando possivelmente a primeira sociedade a apresentar o conceito de vida pública: a Grécia antiga. Por volta de 400 anos a.C. Platão escreveu sua obra “A República”, para apresentar o modelo de sociedade ideal de seu professor Sócrates. Para o autor, existem três fontes de conhecimento para o homem: a primeira delas é o desejo, que provém do baixo ventre, em seguida existe a emoção que vem do coração e por fim vem o conhecimento proveniente da cabeça. Para Sócrates e Platão, todos os humanos possuem ponderações das três fontes, mas é fundamental que a cabeça sempre prevaleça, para eles a racionalidade é algo primordial especialmente para os gestores públicos. Na sociedade idealizada pelos autores, os filhos não deveriam ser criados com os pais para evitar a continuidade de determinados hábitos, até os vinte anos o jovem deveria ter uma educação puramente física e artística/musical, só então passaria por um grande teste onde começaria a divisão de classes da sociedade. Os que não passassem eram designados ao trabalho econômico, os que fossem aprovados se tornariam filósofos, e aqueles que atingissem cinquenta anos poderiam se tornar governantes. O autor não acreditava que os homens com mais votos devessem assumir os cargos políticos de mais importância pois nem sempre aquele com mais votos é o mais bem preparado, e é justo que aquele que mereça mais, que seja mais competente, assuma o cargo.

Tendo em vista este ideal, a classe de trabalhadores não era considerada classe cidadã pois não lhes sobriam tempo para exercer a prática política. Para Platão, os governantes não teriam nenhum privilégio, e deveriam usufruir somente dos bens necessários, uma vez que a governar significaria a renúncia do indivíduo em prol da sociedade.

Como seguidor de Sócrates, assim como Platão, Aristóteles está entre os primeiros autores a refletir sobre política. Em seu livro chamado “Política” ele começa ressaltando o foco individualista do ser humano: “se dá pouca atenção ao que é de propriedade comum; cada qual se concentra em seus interesses privados e dificilmente se ocupa dos interesses comuns, salvo quando isso lhe concerne pessoalmente” (p.60). Ele concorda com Sócrates sobre a necessidade de um homem ter uma quantidade de bens que o permita viver de uma forma confortável (p.70) e compreende que um homem tem mais sucesso realizando uma única atividade principal, fator fundamental para um bom legislador (p. 93). Max Weber, em seu livro “Ciência e política – duas vocações” corrobora exatamente com o racional de Aristóteles, “O homem político deve, em condições normais, ser economicamente independente das vantagens que a atividade política lhe possa proporcionar. Isso quer dizer que lhe é indispensável possuir fortuna pessoal ou ter, no âmbito da vida privada, situação suscetível de lhe assegurar ganhos suficientes.” (p.79). Aristóteles relaciona a questão financeira do homem público com a disponibilidade de tempo que é demandado ao governante “O ócio necessário à participação constante nas assembleias não é possível ao cidadão que não tem posses”. (p. 149).

Para Weber, existem duas alternativas para quem escolhe se tornar um gestor público “Ou se vive *para* a política ou se vive *de* política” (p.78). O autor esclarece que “ Quem vive *para* a política a transforma no sentido mais profundo do termo, em um fim de sua vida, seja porque encontra forma de gozo na simples posse do poder, seja porque o exercício dessa atividade lhe permite achar equilíbrio interno e exprimir valor pessoal, colocando-se a serviço de uma “causa” que dá significação a sua vida. [...] Daquele que vê na política uma permanente fonte de rendas, diremos que vive *da* política.” (p.78). O autor coloca a independência financeira como condição precedente a política, a fim de evitar que se possam obter vantagens da vida pública– “só a fortuna pessoal assegura independência econômica.” (p.79). Como consequência deste fato, a sociedade só conseguirá atingir a prosperidade, ou “independência econômica”, caso o político for independente, podendo

atuar de forma genuína. Além disso o autor reflete que além de obter recursos financeiros o político deve ter disponibilidade de tempo, de tal forma que se ele for um empresário ou um médico não teria condições de manter suas atividades corriqueiras e se dedicar a vida política. Weber sugere que o homem público seja um capitalista, que consiga auferir sua renda de forma inercial como por exemplo através da exploração imobiliária (p.79). No entanto o autor descreve que alguns conhecimentos se tornam mais úteis a vida pública: “Por motivos de pura técnica profissional, as dificuldades já se mostram menores no caso do advogado” (p.79). É feita também uma distinção importante entre as classes sociais, segundo o autor “políticos profissionais nem sempre se veem compelidos a reclamar pagamento pelos serviços que em tal condição prestam, ao passo que o indivíduo desprovido de fortuna está sempre obrigado a tomar esse aspecto em consideração” (p.80).

Na mesma obra “Ciência e Política – duas vocações” Weber faz comentários sobre a características ideais para exercício do poder público burocrático: “A função pública exige um corpo de trabalhadores intelectuais especializados, altamente qualificados e que se prepararam, ao longo de anos, para o desempenho de tarefa profissional, estando animados por um sentimento muito desenvolvido de honra corporativa, onde se acentua o capítulo da integridade” (p.84).

Aristóteles também se dedicou a esclarecer quais seriam as virtudes para um homem, e particularmente para o homem público: “aquele que quiser ser um bom estadista deverá ser um homem sensato” (p.103). Em sua obra “Ética a Nicômaco” ele reflete sobre quais seriam as virtudes do homem. Ao longo do livro são elencadas algumas virtudes, mas o autor coloca a justiça como a principal delas “Por isso também a justiça parece ser às vezes a mais forte dentre as virtudes [...] é a virtude mais perfeita, porque é o uso da virtude completa” (p.125). O conceito de justiça é definido como o meio-termo entre os extremos. Também neste livro, o autor salienta um ponto fundamental que determina se um indivíduo vai para carreira pública, ou não, que é a disposição de caráter para exercer a atividade política. O autor coloca a honra como principal característica para aqueles que escolhem a vida pública (p.7), ele aponta esse raciocínio da seguinte forma: “Na comunidade política, que não visa vantagem imediata, mas ao que é vantajoso para vida

no seu todo, oferecendo sacrifícios e programando reuniões para esse fim” (p.31). A virtude necessária para o homem público, está na disposição de escolha de um caráter mediano, ou seja, longe dos dois vícios: excesso e falta (p.5). Ao longo da obra o autor recorrentemente nomeia a possibilidade do homem dispor o seu caráter para aquela qualidade, como no trecho a seguir onde aborda-se a virtude da justiça: “Vemos que todos os homens entendem por justiça aquela disposição de caráter que torna as pessoas a fazer o que é justo [...] por injustiça se entende a disposição que as leva a agir injustamente” (p.62). Dessa forma, o autor coloca o termo disposição de caráter como a maneira correta de se agir perante cada uma das virtudes apontadas na obra, sendo assim necessária a disposição para se tornar um bom político.

Sobre esse conceito de disposição para política e as características ideais para esse trabalho, Thomas Hobbes, em sua obra “O Leviatã” de 1651, salienta (sob o contexto da guerra civil inglesa) que é dever do homem que for capaz de realizar um trabalho melhor que seu suserano exerce-lo, conforme exposto no trecho: “A obrigação dos súditos para com o soberano dura enquanto, e apenas enquanto, dura também o poder mediante o qual ele é capaz de protegê-los. Porque o direito que por natureza os homens têm de defender-se a si mesmos não pode ser abandonado por pacto algum” (p.76).

I.B - O exercício do poder

O nome da obra de Hobbes, “O Leviatã” remete a um monstro bíblico extremamente poderoso, que pode ser interpretado como uma alusão ao poder onipresente do monarca. Para o autor o ser humano busca sempre satisfazer suas necessidades através do domínio sobre o outro, domínio esse que pode ser exercido através da força ou da inteligência. Essa ideia de domínio gera na sociedade um estado de “guerra de todos contra todos” e para que esse estado não gere um caos, se faz necessário um pacto social. Este pacto é um acordo entre toda população, onde os direitos ilimitados justificados pela busca da sobrevivência e da satisfação de necessidades e vontades sejam limitados em prol de uma autoridade maior, soberana que organize a sociedade e garanta a paz. O pacto social

proposto por Hobbes, é uma justificativa teórica para a prática da política, em substituição ao antigo paradigma do direito divino dos Reis, buscando adequar a lógica do poder aos novos tempos.

Ao descrever o ideal de amizade, em “Ética a Nicômaco”, Aristóteles menciona um dos pontos centrais para a política e define o que seria riqueza para ele: “As pessoas ricas, aquelas que possuem autoridade e poder” (p.209). Na obra “Ciência e Política – duas vocações” Max Weber distingue 3 formas de poder: A primeira delas é o “Poder Tradicional” que é baseado na autoridade hierárquica, por exemplo, de um senhor de terras para com um subordinado. O “Poder Legal” é fundamentado pela obediência a lei, por exemplo o poder de um presidente da república para com seus cidadãos. Talvez o mais interessante para os dias de hoje seja o “Poder Carismático” definido por Weber da seguinte forma: “autoridade que se funda em dons pessoais e extraordinários de um indivíduo (carisma) – devoção de confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se singulariza por qualidades prodigiosas” (p.68). Essas três representações, revestem-se de grande importância para compreender a estrutura da dominação, como observamos no trecho: “A obediência dos súditos é condicionada por motivos extremamente poderosos, ditados pelo medo ou pela esperança [...] seja como for, cada vez que se propõe interrogação acerca dos fundamentos que “legitimam” a obediência (para Weber o dominado aceita a dominação), encontra-se, sempre e sem qualquer contestação essas três formas “puras” que acabamos de indicar (p.69).

Pelos autores supracitados fica evidente que a figura política está diretamente ligada ao poder. Quando falamos em poder, um dos autores mais importantes é o Italiano Nicolau Maquiavel e sua principal obra: O Príncipe. A respeito dela o pesquisador Brasileiro Jacob Petry, fez um trabalho de síntese dos principais pontos e incorporou em seu livro intitulado “Poder e Manipulação”, ao longo do livro diversas citações diretas da obra original definem a visão de Maquiavel sobre poder. Para Maquiavel, pode se alcançar o poder de três formas; a primeira delas é pela popularidade, nas palavras de Maquiavel “o povo não deseja ser oprimido pelos poderosos, e estes, por sua vez, querem oprimir o povo”. Existiriam duas formas de se chegar ao poder através do carisma, a primeira delas consiste no fato de que o povo não deseja ser governado pelos poderosos, estes por sua

vez optam por apoiar algum escolhido para que esse atue em favor de seus interesses. A outra forma seria pela vontade direta do povo, no entanto segundo Maquiavel “Não se consegue agradar os grandes, sem ofender os pequenos” dessa forma o governante criaria inimizades com os poderosos, e mais influentes, que poderiam conspirar contra seu governo. Portanto, poderia se alcançar o poder através da popularidade com qualquer das duas classes sociais (segundo Maquiavel, dos grandes e ricos e dos pequenos e pobres), mas seria necessária uma ponderação entre as duas para manter-se no poder.

A segunda forma de alcançar o poder se daria através de meios injustos e corruptos. Essencialmente esta forma é baseada na força bruta e um possível genocídio para impor medo aos novos súditos (que deverão se curvar para evitar que morram) ou para acelerar processos de sucessão. Por fim, a terceira forma de se alcançar o poder é pela força alheia, por exemplo quando um senhor feudal concede terras para que alguém se torne seu vassalo e ajude a explorar melhor determinada região.

I.C - A forma mais próspera de governo

Outro importante fator discutido na obra “Política”, de Aristóteles, são as formas de governo, segundo ele: “oligarquia é a constituição na qual os ricos, sendo poucos, são os governantes, e a democracia aquela em que os pobres, sendo muitos, são os governantes” (p.111). Muitos anos depois, outro filósofo iria se dedicar especialmente sobre a forma de governar, implantando os novos ideais comunistas. O contexto histórico vivido por Karl Marx, é posterior a revolução francesa onde viveu-se uma intensa luta por igualdade e fraternidade, além disso o momento era pré-revolução industrial onde o governo impunha baixos salários e péssimas condições de trabalho. Na obra “Manifesto comunista”, Karl Marx crítica, apesar de reconhecer, alguns dos ideais apresentados acima, quando afirma que o capital (que se assemelha a independência financeira elencada por Weber e Aristóteles) não é somente um poder pessoal, como também social (p.52). Para este autor o proletariado (equivalente aos pobres mencionados por

Aristóteles) deveriam objetivar a conquista do poder político elevando-se a classe dirigente. De certa forma, isso significaria o mesmo que o ideal democrático proposto acima, no entanto ao longo do Manifesto Comunista é idealizado expropriação de propriedade privada, abolição do direito de herança além de centralização do poder de crédito pelo estado, dentre outros. Nestes argumentos o contraponto principal entre Aristóteles e Marx está no conceito de justiça. Para Marx todos devem ser iguais, independente de suas origens. O filósofo grego possui outro entendimento sobre igualdade e justiça “alguns pensam que justiça é igualdade, e efetivamente o é, embora não seja para todos e sim para aqueles iguais entre si”. (p.112).

Outra bibliografia clássica a se considerar é a obra de 1835 do francês Alexis de Tocqueville, “A democracia na América” este autor, assim como Aristóteles, é um defensor da democracia como formato de governo. O autor considerou que a igualdade de condições como algo democrático e determinante para a prosperidade “igualdade de condições o fato gerador de cada fato particular parecia decorrer e encontrava-o constantemente diante de mim como um ponto central para o qual todas as minhas observações convergiam” (p.11). Por exemplo, na ausência de uma aristocracia feudal, onde os pequenos produtores predominavam, era mais fácil que o proprietário e o agricultor enriquecessem ao mesmo tempo.

O autor Marcelo Jasmin, do instituto de estudos avançados da Universidade de São Paulo, salienta que nas obras de Alexis de Tocqueville está presente um chamado “Dilema Toquevilleano”. Para Jasmin, a liberdade política na sociedade igualitária de massas (modelo intitulado por Tocqueville como “democracia”) permite o individualismo inerente ao estado democrático e conseqüente confinamento dos homens nas esferas da privacidade gerando uma indiferença cívica. Porém, o próprio Tocqueville expõe que só haverá liberdade democrática aonde houver ação permanente do corpo de cidadãos na esfera pública. De tal forma que na obra “Democracia na América”, Tocqueville observa pequenos condados americanos onde o Pastor também consegue exercer a vida pública sem abdicar do cargo sacerdotal. Portanto, de acordo com Jasmin, o cerne do dilema está no fato de a participação cívica ser uma espécie em extinção, no contexto de privatização das relações sociais da sociedade igualitária imaginada por Tocqueville.

Para finalizar essa cessão onde contempla-se os autores da literatura clássica, observemos os ideais liberais de John Locke. Em sua obra “Dois tratados sobre o governo” o autor refuta a ideia do direito divino dos reis e apresenta sua teoria para conciliar a liberdade dos cidadãos com a manutenção da ordem política. Os homens nascem livres e com os mesmos direitos, e a sociedade civil surge quando, para uma melhor administração da justiça, os habitantes acordam entre si delegar esta função a determinados funcionários. Assim o governo é instituído por meio de um contrato social, sendo seus poderes limitados, envolvendo obrigações recíprocas, sendo que estas obrigações podem ser modificadas e revogadas pela autoridade que as conferiu. Em sua segunda obra mais marcante “Segundo tratado sobre o Governo Civil” de 1690, John Locke salienta a necessidade de existirem três poderes: Executivo, Legislativo e Federativo. O primeiro referia-se ao parlamento, sendo o principal poder, onde haveriam de ser criadas as leis. Ao poder executivo caberia a aplicação destas leis e ao terceiro poder ficaria incumbida a tarefa de se relacionar com as demais nações.

**

Dessa forma na visão dos autores citados acima, um político deveria ser uma pessoa justa – que fique longe dos extremos e que tenha disposição intrínseca para atividade pública. Bem como um homem virtuoso e que seja um político profissional que viva *para* a política e não *da* política, para isso é necessário que ele tenha condições financeiras adequadas. Vimos também que entre as principais motivações está a possibilidade de exercer poder, e que para mantê-lo é necessário conseguir conciliar as vontades do povo, as vontades dos poderosos, além de suas próprias. Por fim, entendemos que dentre as diversas formas de governo a que proporcionaria mais senso de justiça e até mesmo prosperidade é a democracia.

II. Literatura Internacional contemporânea sobre motivação e incentivos aos gestores públicos.

II.A - Motivações e incentivos

Voltemos agora para uma visão mais contemporânea de papers acadêmicos dos principais Journals mundiais sobre as motivações e incentivos da carreira política. Di Tella e Fisman (2004) publicaram no Journal of Law and Economics um artigo indagando se os políticos estão sendo pagos como burocratas. Os autores começam contando que em 2000, o primeiro ministro de Singapura (Goh Chok) aumentou seu salário para US\$1,1 milhão, desencadeando alguns protestos populares. O primeiro ministro então, pediu que os singapurianos julgassem os resultados que seu governo promoveu expandindo a competitividade e econômica e o aumento da prosperidade. Segundo os autores, esse evento prático sugeriu que a performance passada aumentou a propensão a aceitação da opinião pública para um salário mais alto. O estudo dos autores consistiu em analisar a remuneração de governadores de 48 estados americanos entre os anos de 1950 e 1990, de acordo com os autores: “existe um ideal de que políticos são motivados por causas sociais e são altruístas de tal forma a ignorarem a remuneração salarial, esta é uma visão ingênua”. O resultado mais importante da pesquisa, foi a elevada relação positiva entre a renda per capita do estado e a remuneração do governador. Os autores citam três razões possíveis para essa correlação, em primeiro lugar os eleitores desejariam manter um governador que proporciona riqueza para a nação, em segundo lugar, um prêmio pela boa performance do governador e por último, o agente público gastando mais dinheiro quando os cofres estão mais cheios. De qualquer modo, os autores compreendem que o agente público, assim como agente privado, reage a incentivos monetários e que esses devem estar atrelados a boa performance – assim como nas empresas.

Em contraponto a Di Tella e Fisman (2004), Mattozzi e Merlo (2008) entendem que políticos optam por esta carreira não em função dos benefícios pecuniários, mas por motivos de vaidade pessoal e capacidade de influenciar nas decisões políticas recebendo

assim certo poder. Os autores propuseram um modelo que mostrou que um aumento no salário dos políticos decresce a qualidade destes profissionais. Isso ocorre porque o aumento da remuneração acaba atraindo indivíduos que não necessariamente tem as virtudes necessárias para ser um bom gestor público. Um exemplo contemporâneo e popular desse ideal é representado na série “House of Cards” através do personagem Frank Underwood. A todo o momento, o personagem deixa claro que o poder vale mais que o dinheiro. No início do segundo episódio da primeira temporada ele faz uma fatídica comparação, ao referir-se a um lobista: “Que desperdício de talento! Ele escolheu dinheiro sobre o poder, nesta cidade é um erro muito comum. Dinheiro é uma “McMansion” (termo pejorativo para mansões produzidas em larga escala) em Sarasota (cidade da Florida, adorada por aposentados e que constantemente sofre com furacões) que começa a se despedaçar depois de dez anos, poder é um antigo prédio de concreto que dura por séculos. Eu não consigo respeitar que não enxerga essa diferença”.

Keane e Merlo (2010) coletaram informações sobre as carreiras de todos os membros da câmara dos deputados e do senado americano pelo período de 1947 até 1993 e regrediram seu modelo para compreender as decisões de carreiras desses gestores públicos. Os autores entendem que ao optar por ingressar na carreira legislativa o indivíduo tem três considerações a se fazer: em primeiro lugar, as projeções futuras em termos de poder que ele tem dentro do congresso, ou seja, se conseguirá participar de comissões importantes. A remuneração financeira (salário) e não financeira (motivações intrínsecas) inerentes a profissão, e por fim as chances que possui de se reeleger. Ao longo do estudo os autores fizeram uma distinção entre políticos habilidosos e não habilidosos, foram considerados bons políticos aqueles que tem efetividade significativa na prática legislativa, ou seja, que conseguem pautar seus projetos e que conseguem influenciar os demais. A principal conclusão da análise quantitativa do estudo, foi que mesmo considerando uma redução no salário parlamentar não houve impacto significativo em uma possível diminuição do interesse generalizado em se candidatar, porém os candidatos considerados habilidosos possuem uma sensibilidade bem mais elevada a essa redução de salário do que os não habilidosos.

É interessante que o modelo dos autores, apontou três políticas públicas que caso fossem postas em prática fariam com que os políticos pouco habilitados deixassem o exercício da função ou fariam com que os habilitados ficassem nela. Em primeiro lugar a eliminação das hierarquias por senioridade em comissões importantes. Também seria importante proibir a participação de ex-congressistas na iniciativa privada, de forma a não se tornarem lobistas. Por fim, os autores sugerem a extinção dos benefícios financeiros concedidos a atuais parlamentares para financiarem suas campanhas.

O autor brasileiro Claudio Ferraz se uniu ao prof. Frederico Finan da universidade da Califórnia (LA) para olhar o cenário motivacional de políticos brasileiros, e também corroborou com a ideia de que competições eleitorais acirradas melhoram a qualidade dos candidatos - Ferraz e Finan (2006 – p.2). Eles analisaram dados cross-section, de 2005 do Censo brasileiro de 5000 prefeituras observando: I) a qualidade da capacidade instalada do escritório da prefeitura II) estrutura institucional de cada município, ou seja, existência de comissões, salários pagos aos prefeitos e etc. III) nível de educação, gênero, idade e tempo de experiência pública de cada gestor municipal. O objetivo do trabalho é delimitar os impactos monetários na motivação e na produtividade dos políticos. Os autores compreendem que existem diversos fatores que estimulam esses profissionais como: satisfação em exercer poder e os benefícios intrínsecos do altruísmo, mas consideram, assim como muitos outros autores, que a remuneração é o mais eminente fator de escolha, para qualquer profissional em função dos desejos pessoais de cada indivíduo.

Os resultados da pesquisa indicaram, que aumentos nos salários dos legisladores não apenas atraíram mais pessoas a se candidatarem como também pessoas com maior grau de instrução. O acréscimo de um desvio padrão sobre o salário médio aumenta a competição política em 0,7p.p. por vaga pública, e eleva em 7,4 p.p. a participação de candidatos com ensino médio. A proporção de candidatos com profissões de “colarinho branco” como empresários e advogados também sobe em relação a agricultores e policiais. A pesquisa ainda revelou que o aumento no salário melhora a performance, à medida que a quantidade de projetos de lei propostos na câmara de vereadores sobe. Por fim, como observação importante, os autores colocam o Brasil como um dos países com

poder mais descentralizado do mundo, onde governantes locais recebem largas somas de dinheiro para provir os serviços públicos.

II.B - Custos de oportunidade

É de grande valor contemplar a bibliografia existente sobre custos de oportunidade, especialmente para se tornar um político. O economista N. Gregory Mankiw em seu livro “Introdução a Economia” define o conceito de tradeoff da seguinte forma: “A tomada de decisão exige escolher um objetivo em detrimento de outro” (p.4). Como exemplo, o autor coloca um tradeoff enfrentado pela sociedade entre eficiência e igualdade. Eficiência significa que a sociedade está obtendo o máximo que pode com seus recursos escassos, enquanto igualdade significa que os recursos escassos estão sendo distribuídos uniformemente. O autor também define de que maneira podemos quantificar as decisões: “O custo de oportunidade de uma coisa é aquilo que abrimos mão para obtê-la” (p.54).

Considerando o conceito de custo de oportunidade, um estudo bastante interessante foi feito por Messner e Mattias em 2004 publicado no Journal of Public Economics. O trabalho é voltado diretamente para remuneração de políticos, os autores consideram que em um ambiente onde a sociedade tem que eleger um gestor público para gerir os serviços aos cidadãos é fundamental ponderar quais seriam os fatores de escolha para aqueles que decidem se candidatar. Neste sentido os autores elaboraram um modelo de escolha para que cada indivíduo decida se deve ou não se candidatar a um cargo público. Segundo eles: “candidatos potenciais aos cargos públicos serão influenciados em sua decisão – como em qualquer profissão – por questões financeiras.” Dessa forma, os salários, e o pacote de benefícios oferecidos a esses profissionais terão um impacto significativo sobre quem irá se candidatar e conseqüentemente nos resultados das políticas públicas. Em linha com os clássicos apresentados acima (Aristóteles, Weber, Maquiavel), os autores reconhecem que a questão pessoal e que o prestígio de ser uma autoridade também impactam a decisão, mesmo que de uma forma não contemplada pelo modelo.

Ao longo do estudo é mostrado que profissionais piores tem mais chance de se candidatar do que aqueles que seriam bons candidatos. Isso ocorre porque os bons profissionais têm um custo de oportunidade mais alto a abdicar, além disso como o cargo político pode ser pouco atrativo, apesar de que alguém tem que exercê-lo, existe uma tendência ao Free – ride¹. Segundo os autores, é natural que conforme aumente a remuneração do cargo público esse torne mais atrativo e passe a captar mais profissionais dispostos a se candidatar, uma vez que o aumento da remuneração passa a competir com o custo de oportunidade atual deste indivíduo. Os autores comentam o trabalho de Carillo e Mariotti (2003) que estudaram as escolhas dos partidos sobre optar por um candidato novo ou permanecer com um candidato mais conhecido e experiente. O estudo deles indicou que os partidos tendem a adotar uma postura social mais conservadora mantendo candidatos que já tiveram experiência, o que segundo os autores, implicaria em “titulares incumbentes recorrentes”. Os autores também citam o trabalho de Caselli e Morelli (2004) que corrobora com Carillo e Mariotti (2003) sobre a possibilidade de uma perpetuidade de candidatos ruins, uma vez que atuais políticos determinam salários baixos para que o custo de oportunidade dos bons profissionais os mantenha afastados da carreira pública.

Em 2009, os autores Becker, Peichl e Rincke contrapõe a ideia de que ex-parlamentares não deveriam atuar na iniciativa privada, de acordo com os autores em diversas democracias no mundo políticos podem trabalhar na iniciativa privada enquanto realizam suas tarefas públicas; para os autores, o exercício de uma atividade privada paralela traz efeitos positivos para as políticas públicas. A ideia é que pessoas habilidosas não tenderiam a deixar a carreira privada, no entanto, se pudessem conciliar as duas coisas a qualidade dos candidatos iria aumentar. O gestor público deveria então optar sobre a quantidade ótima de tempo que dedicaria para cada atividade, a curva de utilidade do indivíduo contém os ganhos extraídos do mercado privado e a chance de se reeleger. Utilizando microdados do parlamento Alemão entre 2005 e 2007 os autores compreenderem a necessidade de se ter uma competição eleitoral acirrada. Se a competição eleitoral for fraca, a chance de um parlamentar se reeleger é alta, mesmo tendo feito um trabalho ruim, por outro lado se os cidadãos tiverem diversas opções de

1.Free-Ride: Oportunidade ou vantagem que alguém obtém sem ter feito nada para merece-la

escolha e o político tiver negligenciado suas atividades parlamentares as chances dele se reeleger caem. Portanto, os autores concluem que é importante para a qualidade dos parlamentares que eles possam exercer as duas atividades privadas, e que a competição eleitoral é algo fundamental para manter o parlamentar engajado em suas atividades públicas.

Besley (2005) publicou no *Journal of Economics Perspectives*, estudo argumentando que sempre houve restrições para que algumas pessoas se candidatassem, como por exemplo na França ou Inglaterra feudais onde havia testes de riqueza, ou mesmo o caso americano que proíbe candidatos a presidência menores de 35 anos até hoje. De certa forma esses restritivos dialogam com os preceitos apresentados por Aristóteles e Platão, no entanto, o autor britânico procura moderniza-los apresentando quatro conceitos que seriam importantes para seleção de bons candidatos. O primeiro deles é índice de atratividade, o autor compreende que as recompensas em se tornar um gestor público ocorrem de três formas: salário, motivação para os serviços públicos e benefícios. Ele constrói o índice pela divisão entre (Benefícios) e (Motivação para o Serviço Público), quanto menor for esse índice melhor estará o nível dos candidatos. O índice de sucesso consiste na probabilidade de um bom candidato ganhar a eleição, e o índice de responsabilidade na probabilidade de reeleição do parlamentar. O índice mais interessante elencado pelo autor é o chamado índice de custo de oportunidade, este índice consiste na divisão entre o custo de oportunidade fora da vida pública de um político ruim pelo mesmo custo de um político bom. É apontado que essa razão é importante pois as características de um político bom e ruim são diferentes no mercado privado. O autor salienta que altos custos de oportunidade diminuem a probabilidade dessa elite dos negócios entrar na política, no entanto caso eles optem por entrar as políticas públicas passam a ter mais credibilidade.

Gehlbach e Sonin (2004) realizaram um estudo a respeito dos empresários que vão para política. Os autores comentam que todas as empresas possuem um tradeoff de escolha, entre desenvolverem internamente ou terceirizarem determinada atividade, dentre essas atividades também está a relação com o governo. Em ambientes institucionais onde o comprometimento dos políticos é baixo, o investimento em lobistas não se justifica, fazendo-se necessário que o próprio empresário se torne a voz de sua causa dentro do

governo. Além disso os autores demonstram que dentro deste ambiente institucional frágil, se houver uma forte competição dentro de determinado setor privado, o incentivo para homens de negócios disputarem a vaga torna-se ainda maior.

III. Visão sobre a política institucional e o contexto brasileiro

III.A - O ambiente institucional

O ambiente institucional é de suma importância para o desenvolvimento econômico de um país, a mais notória contribuição para literatura a respeito do tema foi feita por Douglass North (1991). Durante a obra o autor pontua que quando as sociedades eram pequenas comunidades, onde a economia era baseada em escambos as relações informais de confiança eram essenciais. A respeito, de como as sociedades foram crescendo e passou-se a ter uma especialização e divisão de trabalho North pontua: “Em tais sociedades, é necessária maior efetividade e contratos impessoais que lastreiem o comprometimento pois relações pessoais ou comprometimentos voluntários não são efetivos em relações mais complexas e onde a amizade não é próxima” (p.100).

Para North, as instituições são definidas como conjunto de regulações que delimitam a interação política, econômica e social. Elas podem ser formais ou informais, mas são as instituições que proporcionam incentivos para que a economia se desenvolva, decresça ou fique estagnada. Ao longo da obra, são exemplificados como bons incentivos proporcionam bons ambientes institucionais como por exemplo o direito de propriedade e os baixos custos de transação. Um ambiente institucional adequado deve eliminar as incertezas e transforma-las em risco, uma vez que a primeira situação deriva de condições onde as regras não estão bem estabelecidas e podem variar de acordo com que está sendo requerido, já o ambiente de risco permite mensurar de maneira estatística as possibilidades de cada evento ocorrer. O autor também comenta o conceito de “Path dependence” que

significa que através da história um mesmo caminho se repete, havendo uma resistência a mudança ao longo dos anos.

Em seu livro de 1990 “Instituições, mudança institucional e desempenho econômico” o autor dedica uma seção inteira a respeito das restrições / instituições informais. Conforme colocado pelo autor as restrições informais: “São regras que jamais foram conscientemente delineadas e cujo cumprimento é do interesse de todos” (p.77). North explica que as regras formais, mesmo em economias desenvolvidas, compõem uma parte pequena das restrições que moldam as escolhas, por outro lado, as restrições informais completam essa lacuna e são oriundas “do legado que designamos como cultura” (p. 69/70). Ao longo do capítulo, o autor explica que esses padrões informais, particulares de cada cultura, reduzem os custos de transação a medida em que fazem com que as pessoas tenham a certeza sobre qual comportamento esperar de seus semelhantes, por outro lado instituições formais como a suprema corte norte americana, podem mudar completamente de posição em função das interpretações individuais dos juízes.

North, completa respaldando sua teoria citando diversos autores, traduzidos no trecho: “Há abundantes evidências qualitativas e quantitativas de que quanto mais baixo for o preço de noções, ideologias e convicções mais elas importarão e afetarão as escolhas (p.77). Para sintetizar o conceito apresentado no capítulo o autor coloca: “A cultura define o modo pelo qual os indivíduos processam e utilizam as informações e por isso pode afetar o modo pelo qual as restrições informais são estipuladas” (p.81).

Outro importante autor sobre o impacto de fatores culturais na economia e política é Luigi Zingales. Ele se juntou a Luigi Guiso e Paola Sapienza em 2006 para publicar um estudo, no departamento nacional de pesquisa americana, intitulado “Como a cultura afeta os resultados econômicos?”. O estudo define como cultura as crenças, valores éticos e religião em grupos sociais que são transmitidas sem mutação de geração em geração. O estudo realizado pelo paper notou que imigrantes do sul da Itália, mantiveram seus costumes locais estando em uma sociedade completamente diferente, com isso os autores comprovaram que os pais possuem uma tendência natural de ensinar seus filhos da forma

como foram ensinados por seus próprios pais, dessa forma, qualquer mudança cultural se torna extremamente lenta. Zingales e seus coautores lembram que até mesmo Adam Smith colocou a “Teoria dos Sentimentos Morais” como uma parte integrada de sua obra “A Riqueza das Nações”. Outro autor clássico citado no paper por considerar aspectos culturais na economia foi Max Weber, que apontou a reforma protestante como um incentivo ao capitalismo onde a riqueza não deveria ser somente uma vantagem, mas um dever.

Os autores afirmam que os fatores culturais de determinada sociedade impactam diretamente as expectativas e as preferências desses indivíduos e por consequência os resultados econômicos. Um exemplo comentado no estudo é a questão da natalidade, alguns países, por fatores culturais, têm mais filhos do que outros, isso gera um impacto econômico para a sociedade local. Com isso o estudo se contrapõe a Escola de Chicago² ao contradizer que os indivíduos fazem sempre escolhas racionais e que todos os ajustes econômicos podem ser realizados através do nível de preços.

Ainda no estudo de Zingales, Guiso e Sapienza (2006) é apresentado os conceitos de Banfield (1958) para explicar como fatores culturais podem ser responsáveis pelo subdesenvolvimento de algumas nações. Banfield, atribui características como excesso de interesses individuais, ou a falta de altruísmo, como motivador para mal-uso do capital social, que resulta em um ambiente de baixo incentivos econômicos para desenvolvimento dessas sociedades. Outro estudo comentado no paper é o de Landers (1998); este autor afirma que: “Se aprendemos algo com a história do desenvolvimento econômico, é que a cultura faz diferença”. O estudo de Landers, notou os seguintes fatores culturais em economias desenvolvidas: parcimônia, trabalho duro, tenacidade, honestidade e tolerância. Em economias subdesenvolvidas Landers constatou os seguintes traços culturais: Xenofobia, intolerância religiosa, burocracia, corrupção, cargas tributárias que prejudicam o empreendedorismo. Nesta mesma linha de pensamento, é mencionado o estudo de Tabellini (2005) que ao analisar 69 regiões europeias determinou as quatro principais componentes da cultura: confiança, esforço individual, moralidade e obediência.

2. Escola de Chicago: Ao permitir que a economia fique em livre mercado (sem qualquer inerência) o nível de preços irá se ajustar e levar a economia ao equilíbrio, dado que os agentes econômicos sempre tomam decisões racionais.

O estudo de Zingales, Guiso, Sapienza (2006) termina apontando a confiança como principal fator cultural que impacta o desenvolvimento econômico. Segundo os autores, a confiança diminui os custos de transações, em especiais os jurídicos, permitindo o fomento da economia. Por fim, o estudo ainda afirma que fatores culturais também alteram as preferências políticas, e que por consequência determinam a qualidade da gestão do capital público em benefício a própria sociedade.

III.B - Aplicação ao contexto brasileiro

Considerando os conceitos apresentados acima, é fundamental analisar o cenário brasileiro. Vamos tentar delimitar as características históricas culturais da formação do povo, bem como as relações entre empresas e governo e como isso influencia o ambiente institucional e político de nosso país.

Talvez a obra nacional mais marcante para descrever a composição da cultura brasileira e por consequência as relações políticas seja o livro *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda. O primeiro capítulo da obra remonta aos nossos colonizadores, o autor salienta que Portugal é “um dos territórios-ponte pelos quais a Europa se comunica com os outros mundos. Assim eles constituem uma zona fronteira, de transição, menos carregada do europeísmo” (p.36). O autor se refere ao termo europeísmo como uma hierarquia rígida, comum aos países onde as relações feudais foram mais fortes. Para o Brasil o autor coloca: “Os elementos anárquicos sempre frutificaram aqui facilmente, com a cumplicidade ou a indolência displicente das instituições e costumes. [...] No fundo, o próprio princípio de hierarquia nunca chegou a importar de modo cabal para nós.” (p.37/40). Sergio Buarque de Holanda, aponta que nossos colonizadores transmitiram para nós uma cultura que diverge da Luterana: “Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português do que a luta insana pelo pão de cada dia. O que ambos admiram como ideal é uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação” (p.44).

O livro segue traçando as características de nossos colonizadores e interpretando as relações que ocasionaram na nossa cultura. Segundo ele: “Essa exploração dos trópicos não se processou, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono” (p.50). O autor, apresenta um contexto onde cada homem é composto de ponderações entre dois tipos de personalidade: a primeira delas é a do aventureiro cujo ideal é colher o fruto sem plantar a árvore, a antítese a essa personificação é a do trabalhador, que pratica o esforço lento e persistente antes de atingir o objetivo. “Na obra da conquista e colonização dos novos mundos coube ao trabalhador, papel limitado ou quase nulo. [...] Aceitaram vir para cá aqueles que tinham maior ânsia pela riqueza fácil, o perfil dos aventureiros que aceitaram se tornar colonizadores era marcado pela: audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade e vagabundagem.” (p.51). Para os aventureiros, o ideal trabalhador parece mesquinho e estúpido, além disso, sobre este perfil o autor salienta: “O gosto da aventura, responsável por todas essas fraquezas, teve influência decisiva em nossa vida nacional” (p.53). O autor também salienta que ao contrário dos colonizadores do norte da América, os portugueses aclimaram-se facilmente e cederam a sugestões dos índios. Isso pode ter ocorrido pelo fato de eles mesmos serem um povo de mestiços, dessa forma a colonização não foi tão agressiva e coube ao homem negro, trazido da África, a maior parte do trabalho braçal.

Sergio Buarque de Holanda define os detentores de posições públicas segundo o conceito de funcionário “patrimonial” de Max Weber, ou seja, aquele que trata a gestão pública como um assunto de seu interesse particular, miscigenando os direitos pessoais e públicos, e não gerindo suas responsabilidades de maneira objetiva. Além disso o método de escolha desses gestores é descrito pelo autor da seguinte forma: “A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias.” (p.175). O raciocínio se estende, para o conceito de “Homem cordial” que para o autor, consiste em um apunhado de virtudes como lhanza no trato, hospitalidade e generosidade, fato que majoritariamente encanta os estrangeiros que nos visitam.

Chama-se atenção para o costume brasileiro em relação as reverências feitas entre as pessoas: “A manifestação normal do respeito em outros povos tem aqui sua réplica, em regra geral no desejo de estabelecer intimidade”. (p.177). Como exemplo disso o autor menciona a forma coloquial e o hábito de se utilizar os diminutivos para nomear e aproximar as relações interpessoais; é uma extensão desse argumento o seguinte trecho: “o próprio Deus é um amigo familiar, doméstico e próximo – o oposto do Deus palaciano” (p.179). O autor inclusive comenta sobre as relações comerciais em nosso país, alertando que para se conquistar um freguês existe a necessidade de se tornar amigo dele.

Sobre as relações comerciais e a forma como conduzimos as negociações entre a área pública e privada, o livro de Sérgio Lazzarini “Capitalismo de laços” traz importantes reflexões. O título da obra traduz o seguinte conceito “Esse emaranhado de contatos, alianças e estratégias de apoio gravitando em torno de interesses políticos e econômicos é o que eu denomino capitalismo de laços [...] relações para explorar oportunidades de mercado ou para influenciar determinadas decisões de interesse.” (item 1.1). No mesmo item, o autor corrobora com a obra “Raízes do Brasil” salientando como é comum que pessoas indicadas para determinados postos sejam parentes de pessoas com influência. Afirma-se ainda, que essas diversas relações podem gerar veículos de favoritismo, conluio e proteção não justificada.

Para analisar as redes corporativas o estudo do autor utilizou uma base de dados de 804 empresas nos anos de 1996, 2003 e 2009, passando por dois governos com ideologias distintas. O estudo observou “uma rede de propriedade definida pelos laços de participação societária entre os donos e firmas” (item 1.2) esse conceito pode ser traduzido pela união entre acionistas de grandes empresas, que passam a se conectar para formar grupos econômicos correlacionados. Por exemplo, o Bradesco sendo um acionista da Vale, passará a estar correlacionado com outros acionistas/sócios como BNDES e Mitsui. Essa conexão é medida pelos chamados “atores de ligação” que segundo o autor exercem papel fundamental dentro da rede, esse conceito remete ao ideal apresentado na primeira sessão dessa revisão bibliográfica, apresentado por Aristóteles onde o verdadeiro poder estava naquele que interligava e mediava as pessoas e os interesses.

O estudo observou que durante o governo FHC houve um grande número de companhias abrindo capital e especialmente empresas que eram de controle governamental sendo privatizadas através deste mecanismo. Esse movimento poderia trazer a ideia de que o governo perderia influência dentro da rede de laços, passando esse controle para iniciativa privada, no entanto, o que ocorreu foi justamente o oposto, outros órgãos ligados ao governo fizeram importantes aquisições nesses processos de privatizações, como por exemplo: BNDES, PREVI, PETROS, FUNCEF.

O racional que sustenta a tese para o “capitalismo de laços” está embasado em três pilares: 1) Sistema político vigente no país 2) Atores governamentais 3) Grupos privados – O ponto mais importante deste contexto é que as empresas internacionais, que foram motivos de críticas durante as privatizações, atuam de maneira marginal dentro dessa rede, uma vez que se mostraram incapazes de realizar o trabalho de conexão dentro do sistema. Dessa forma, as empresas internacionais buscam um parceiro nacional e dificilmente se arriscam em negócios que não estejam diretamente ligados ao *core business* original. Ao contrário, dos agentes externos as empresas nacionais fazem-se valer, na expressão usada pelo autor, dos “amigos dos amigos dos amigos” para formar grandes consórcios para participar de importantes leilões e aumentarem sua capacidade de conexão/poder. A consequência dessa característica política econômica é descrita pelo autor: “Com pouca concorrência, ganha o empresário, mas perde a sociedade, com produtos e serviços mais caros. Em vez de catalisador das aglomerações, o governo deveria agir como contrapeso: examinando em detalhe as suas implicações anticompetitivas e facilitando a entrada de novos empreendedores e grupos de firmas.” Item 7.2.4).

Considerando a obra de Sergio Lazzarini, podemos inferir que se na primeira parte desta revisão bibliográfica mostrou-se como atrativo para ingressar na política o poder, e na segunda parte ponderou-se as questões financeiras, as empresas brasileiras inseridas no ambiente institucional nacional representam a soma dessas duas motivações.

A obra de Lazzarini utilizou como bibliografia, o livro “Autonomia e Parceria – Estados e transformação industrial” de 2001 do autor Peter Evans, nela estão contidas importantes análises de grande valia para este estudo. O autor relembra que em 1991 o vice-presidente do banco mundial/ fundo monetário internacional, Attila Karaosmanoglu, afirmou que “Uma ação governamental mais ativista e positiva pode ser um fator decisivo para o crescimento industrial acelerado”. Na opinião de Peter Evans, essa é uma mudança importante de paradigma na medida em que as instituições como banco mundial historicamente foram defensoras de que os países em desenvolvimento deveriam “*ajustar os preços*” para se tornarem competitivos (p.50). O autor concorda com o ideal de Weber de que existe a necessidade de um tipo de organização interna para dar aos Estados a capacidade de construir mercados e promover o crescimento. Inclusive Douglass North é citado na obra sobre esta necessidade, “A existência do Estado é essencial para o crescimento econômico. (North 1981)” (p.52).

Peter Evans, apresenta o estudo do economista James Buchanan, onde afirma-se que é ilógico que as autoridades responsáveis se comportassem de forma consistente com o bem comum. Para Peter Evans, “As relações de troca entre as autoridades governamentais e aqueles que lhes dão apoio é a essência da ação do Estado. Para sobreviver, as autoridades precisam de suporte político e aqueles que prestam tal apoio devem receber incentivos suficientes para evitar um possível apoio a outros candidatos potenciais ao governo. As autoridades podem ou distribuir benefícios diretamente aos que os apoiam – através de subsídios, empréstimos, empregos, contratos ou fornecimento de serviços – ou usar sua autoridade para fazer regras que criam privilégios a grupos favorecidos, restringindo a capacidade das forças de mercado operar. [...] Para escapar destes efeitos deletérios, a esfera de atuação do Estado deve ser reduzida ao mínimo, e o controle burocrático deve ser substituído por mecanismos de mercado, sempre que possível.” (p.52).

O autor discorda sobre a visão neo-utilitarista de um Estado como “vigia noturno” cujas ações são amplamente, senão estritamente, restritas a proteger os interesses individuais das pessoas, o direito de propriedade e fazer respeitar contratos. Peter Evans faz as seguintes indagações: “Como tal Estado surge de interesses individuais? É difícil explicar o porquê, se os funcionários públicos estão principalmente interessados em garantir

benefícios individuais. [...] Por que deveriam aqueles que têm o monopólio sobre a violência ficar satisfeitos em ser apenas “vigias noturnos”? Por que não os benefícios privados indefinidamente?” (p.54). Para o autor, os neo-utilitaristas frequentemente vão além das afirmações da economia política clássica de negar a importância das normas culturais e de outros tipos de relações sociais para sustentar o processo de troca. Para Evans, não há razão para acreditar que as relações de troca sejam ontologicamente precedentes a outros tipos de relações sociais. O autor cita estudos que detalham que processos reais de troca só operam bem quando são sustentados por outros tipos de redes sociais, compostos de laços individuais polivalentes. Douglass North também é citado por enfatizar que: “A ampla difusão de restrições informais, observando que durante nossas interações diárias com outras pessoas, quer seja com a família, em relações sociais eternas ou atividade de negócios a estrutura governante é inteiramente definida por códigos de conduta, normas de comportamento e convenções.” (p.63). Para Peter Evans o papel das hierarquias formais não é eliminar as normas e redes informais, mas permitir a construção de um conjunto de vínculos dentro do qual uma cultura interna possa crescer. Além disso, o autor reflete sobre a atuação dos funcionários públicos: “Os burocratas não são maximizadores independentes. Suas decisões dependem de contextos institucionais complexos, com interações historicamente enraizadas e incorporadas em estruturas sociais aceitas pelos indivíduos que trabalham no próprio estado.” (p.58).

O livro cita os estudos do economista Karl Polanyi, que argumenta que o caminho para o livre mercado é aberto, e é mantido aberto, graças a um intervencionismo contínuo, além disso desde o início, a vida do mercado foi entrelaçada não apenas com outros tipos de laços sociais mas também com diferentes tipos de políticas governamentais. A obra corrobora com os conceitos de Weber, sobre o fato de as grandes empresas capitalistas dependerem da disponibilidade de um tipo de ordem que somente o Estado burocrático moderno oferece, nas palavras de Weber “O capitalismo e a burocracia se encontraram e se pertencem mutuamente” (Weber, 1968). Para o economista alemão, a superioridade do Estado burocrático moderno está em sua habilidade de superar a lógica individualista. Além disso, na visão de Weber, a capacidade do Estado para sustentar os mercados e o processo de acumulação capitalista depende de a burocracia ser uma entidade corporativamente coerente na qual os indivíduos veem os objetivos corporativos como a melhor forma de maximizar seus interesses individuais (p.59).

Para clarificar os conceitos discutidos o livro “Autonomia e Parceria – Estados e transformação industrial” do autor Peter Evans apresenta alguns exemplos de como as intervenções governamentais estimularam o desenvolvimento econômico dos países, bem como compara as medidas tomadas por diferentes países e os resultados obtidos. O autor começa contando que logo após a segunda guerra mundial os britânicos ainda eram uma potência da informática, no entanto, com uma política de livre mercado o governo britânico permitiu que, uma a uma, suas companhias fossem compradas por organizações estrangeiras. Ao contrário dos britânicos, ao término da segunda guerra mundial os japoneses praticamente não detinham nenhum conhecimento no segmento de informática, no entanto, o governo criou incentivos para estimular a indústria nacional. O primeiro deles foi a criação de uma empresa única, que consolidou a pulverização de pequenas indústrias dentro país, a fim de criar a identidade de uma empresa “campeã nacional”, além disso o governo impôs uma carga tributária elevada sobre os produtos importados deste setor justamente para proteger o produto nacional. Apesar de os usuários domésticos reclamarem da qualidade dos produtos, o governo oferecia linhas de subsídios através do banco de desenvolvimento japonês para incentivar ainda mais a aquisição dos produtos da nova “campeã nacional”, ademais os computadores de órgãos públicos eram sempre adquiridos da marca nacional. A empresa americana IBM só pôde começar a fabricar no país através da concessão de suas licenças de tecnologia para empresas japonesas. Como consequência destes incentivos governamentais, em 1990 a empresa privada japonesa Fujitsu comprou a inglesa ICL. Peter Evans descreve o movimento japonês da seguinte forma: “Nenhuma faceta por si só do envolvimento do estado era decisiva. Entretanto, o seu efeito cumulativo de mais de vinte anos era o de mudar o lugar do Japão na divisão internacional do trabalho.” (p.143).

A obra do autor apresenta alguns exemplos de como a gestão governamental impactou o desenvolvimento de algumas indústrias. Em especial para o caso da tecnologia, assim como o caso de sucesso do Japão, o autor apresenta as medidas tomadas na década e 1960 por outras três economias emergentes: Índia, Brasil e Coréia do Sul. Na Índia, criaram um comitê para que o país se tornasse autossuficiente na fabricação de uma ampla gama de tipos de computadores no prazo de dez anos. Os investimentos no setor ocorreram através de programas de segurança nacional, especialmente durante a guerra indo-

paquistanesa de 1964 quando os suprimentos americanos deixaram de entrar no país. Ao contrário dos japoneses, que utilizaram as licenças da IBM para compreender como melhorar seus produtos, os indianos não viam razão para depender de estrangeiros para desenvolver seus computadores. Ao final do processo, a Índia foi apenas capaz de fabricar computadores semelhantes aos que já haviam sido descontinuados pela fabricante americana IBM.

Peter Evans conta que a agenda do Brasil para as tecnologias de informação era menos ambiciosa que as indianas. No Brasil, os técnicos que conseguiam sair para estudar a montagem de computadores no vale do Silício, em universidades como Berkeley e Stanford, ao voltarem se sentiam “técnicos nacionalistas frustrados”. Esses profissionais tinham como opção tornarem-se vendedores para IBM ou processar dados para o governo federal. Caso quisessem se engajar em desenvolvimento tecnológico empresarial – projetando e produzindo produtos para o mercado – teriam de abandonar o Brasil e voltar ao vale do Silício. No entanto, um grupo de esquerda levantava a vertente de que o governo federal deveria incentivar e investir para fomentar a indústria nacional de informática, este grupo ficou conhecido no país como os barbudinhos. O anticomunismo feroz do governo militar daquela época suspeitava de iniciativas que não privilegiassem o capital privado. Mesmo os clamores nacionalistas por autonomia, levantavam suspeitas sobre os sentimentos dos esquerdistas, especialmente se eles vinham de intelectuais. A IBM já estava fabricando computadores no Brasil, e sua conseqüente força política ocorriam em uma diferente ordem de magnitude com relação ao caso indiano. O autor salienta que a indústria de computadores refletia o padrão da divisão de trabalho no Brasil, no qual as indústrias intensivas em tecnologia eram dominadas pelo capital estrangeiro. Como traduzido no trecho: “Ao final da década de 1970, a maioria dos brasileiros aceitava naturalmente o indestrinçável emaranhado de uma divisão internacional de trabalho organizada pelos outros.” (p.150).

A obra conta ainda outro possível equívoco para o fracasso brasileiro. Por razões de política regional e interesse geopolítico, mudaram a localização da indústria eletrônica para a Zona Franca de Manaus, no meio da bacia amazônica, os militares brasileiros haviam separado os bens eletrônicos de consumo do coração industrial de São Paulo.

Outro equívoco foi que ao contrário da política tributária japonesa, o governo brasileiro baixou as alíquotas de impostos dos produtos estrangeiros, transformando um polo industrial em uma grande plataforma e importação.

O último caso, relatado pelo autor, sobre a indústria da tecnologia em países emergentes na década de 1960 é o da Coreia do Sul. Os inauguradores do projeto coreano tiveram uma grande vantagem, eles uniram profissionais que já detinham o conhecimento técnico necessário para a computação com pessoas politicamente fortes dentro do país. Apesar de a IBM ter entrado na Coreia somente em 1967 (50 anos depois do Brasil) o corpo diretivo de fomento ao segmento de tecnologia coreano nunca permitiu que os americanos se envolvessem na manufatura do computador. Essa estratégia tinha por objetivo promover alianças internacionais e as mediar para aumentar seu impacto positivo na capacitação local. Poucos anos depois o país já tinha gigantes da tecnologia como Hyundai e Samsung.

3. Por que alguém não vai para política?

I. Revisão bibliográfica

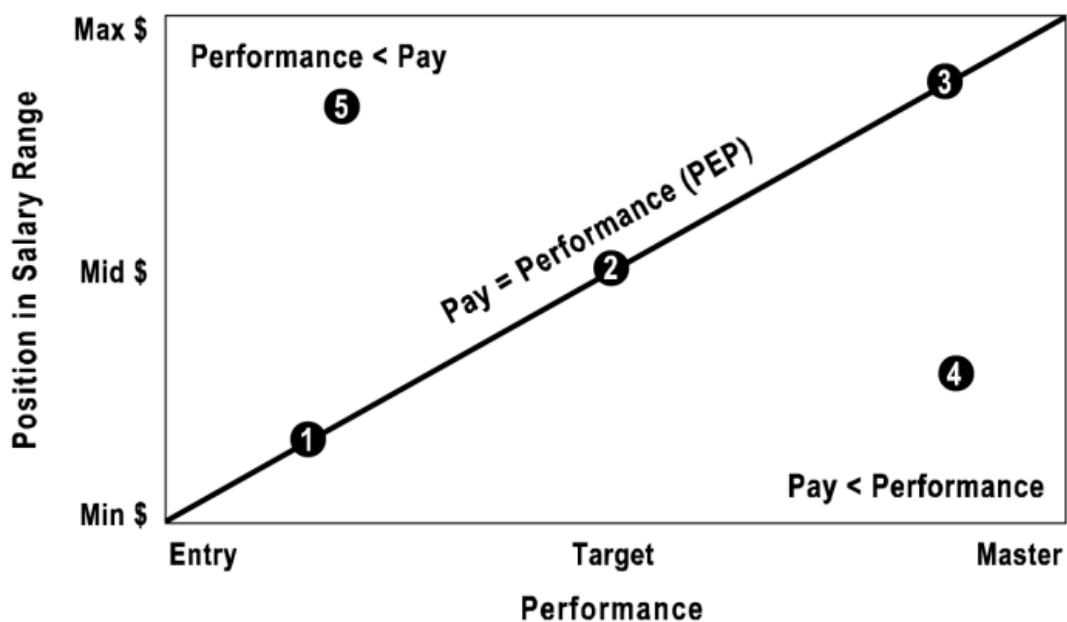
Começamos este capítulo fazendo uma breve revisão da literatura acadêmica a respeito das motivações e incentivos para a carreira privada. O primeiro livro importante para se contemplar é “The Manager’s Guide to Rewards” dos autores: Doug Jensen, Tom McMullen e Mel Stark.

Os autores começam salientando que a maioria das empresas fazem cálculos de retorno sobre o investimento (ROI) para praticamente qualquer dispêndio de caixa, e que portanto deveriam fazer o mesmo ao pensar na remuneração de seus funcionários, já que para alguns setores o custo de folha pode chegar a 70% dos custos total da companhia. Os autores explicam a função de remuneração dentro de uma empresa: “A estratégia de compensação, deve ser um plano para alocação de recursos de forma a incentivar a execução do plano de negócios estratégico da empresa. Dessa forma, se o gestor da organização não souber o valor da compensação em comparação com o mercado, além da efetividade da forma de remuneração com os objetivos da companhia, como ele poderá dizer que está maximizando o retorno sobre o investimento com os funcionários?” (p.12)

O livro segue explicando que empresas comumente focam a suas estratégias de retenção através da remuneração, no entanto os autores salientam que incentivadores intangíveis, como bom ambiente de trabalho e reconhecimento profissional são importantes motivadores. Sob a ótica do funcionário, os autores colocam da seguinte forma: “Eles sabem que o futuro deles depende de consistentemente aprimoramento de suas habilidades para garantir sua empregabilidade” (p.14).

Para explicar a metodologia de retorno sobre o investimento (ROI) do capital empregado em remuneração dos funcionários, os autores começam citando Jack Welch (Ex CEO da General Electric): “Os A’s (20% melhores) funcionários, devem receber aumentos que sejam duas ou três vezes maiores que os B’s. Os B’s devem receber aumentos que reconheçam a contribuição que deram a companhia a cada ano. Os C’s (10% piores) não devem receber aumentos.” (p.18). Os autores complementam o raciocínio de Jack Welch afirmando que: deixar claro a forte relação entre performance e remuneração é a melhor forma de aumentar o ROI sobre o investimento em capital humano.

A imagem abaixo salienta justamente o raciocínio principal dos autores. Os pontos 1, 2 e 3 são “pontos de equilíbrio” onde o pagamento do funcionário está de acordo com seu desempenho, aquele que possui melhor performance recebe mais. O ponto 4 representa profissionais que estão aptos a serem promovidos ou receberem aumentos, esses colaboradores são uma potencial ameaça de deixar a companhia. O ponto 5 representa profissionais que estão sendo pagos acima de sua produtividade, e que possivelmente serão desligados.



Os autores compreendem que o aumento da remuneração aumenta o comprometimento do funcionário, por isso se preocuparam em explicar de que forma precificar a

remuneração do funcionário. Em primeiro lugar: “O salário é o método de recompensa que reconhece o valor presente do funcionário, bem como o valor futuro dele para a organização. [...] O valor que este adiciona ao time” (p.52). No entanto o livro salienta que existem outras formas de remuneração: “Recompensas tem diferentes significados para diferentes pessoas [...] empresas comumente as relacionam com os salários, mas existem outros fatores intangíveis que compõe a recompensa total do funcionário” (p.62). Ao longo do texto são colocados como recompensas intangíveis além do reconhecimento profissional, o ambiente de trabalho, e a satisfação em exercer aquela atividade. Por fim, o texto aponta que “É necessário pagar as pessoas certas, a quantidade certa” (p.81) e para isso os salários devem ser precificados de acordo com a atividade exercida, além do preço de reposição / captação dessa mão-de-obra no mercado.

Um dos principais executivos da história e mundialmente reconhecido pelo seu método de gestão corporativa e liderança, representado em diversas obras, foi Jack Welch que presidiu a General Electric por mais de 20 anos. A obra do autor Stuart Crainer intitulada “O estilo Jack Welch” traz importantes contribuições sobre as motivações e incentivos da carreira privada.

Nas palavras de Welch “Apostamos tudo em nosso pessoal – dando-lhe poder, dando-lhe recursos e retirando obstáculos” (p.34). Welch insiste que pacotes de gratificações sejam destinados a indivíduos e realizações corporativas e que sejam cuidadosamente monitorados e diferenciados entre negócios e pessoas, por essa razão que dezenas de milhares de funcionários da GE detém ações da companhia. Além do formato de remuneração, outro ponto fundamental para o ex-CEO da GE está no constante compromisso em desenvolver o funcionário, por essa razão a companhia não terceiriza seus treinamentos com escolas de negócios e faz questão de custear sua própria instituição para capacitação. Welch acredita que “O desenvolvimento de pessoas é a chave para a sobrevivência no futuro” (p.37). O ideal de treinamento tem especial importância quando se trata de sucessão para cargos importantes da organização, o autor cita Noel Tichy: “Líderes eficazes reconhecem que o teste último da liderança, é a continuidade do sucesso, que exige o cultivo constante de líderes futuros” (p.39). Portanto, os líderes

devem investir nos líderes do amanhã, e isso deve ser comunicado diretamente àqueles que deverão seguir seus passos, de forma a motivá-los e engajá-los com a organização.

Jim Collins é um dos principais autores sobre gestão empresarial, dentre as suas mais notáveis obras está o livro “Empresas Feitas para Vencer”. Ele dedica uma parte importante do conteúdo sobre a relevância de engajar os funcionários dentro da companhia. “Os executivos que alavancaram a transformação de empresas boas em empresas excelentes não decidiram primeiro para onde iam conduzir o barco e depois escolheram as pessoas para conduzi-lo. Não; primeiro colocaram as pessoas certas dentro do barco (e as erradas fora) e depois resolveram para onde iriam leva-lo” (p.64). Para exemplificar essa teoria, Collins conta a estratégia da Wells Fargo nos anos 70, quando o CEO da empresa, Dick Cooley, sabia que o setor passaria por enormes mudanças sistemáticas e simplesmente não podia prever quais seriam elas, por essa razão tomou a decisão de “injetar um fluxo infundável de talento” dentro da companhia, a medida foi um sucesso.

Sobre a forma de gestão empresarial através de pessoas, Jim Collins apresenta o exemplo de duas companhias que tomaram decisões diferentes e tiveram resultados opostos. O primeiro caso é o da rede farmacêutica Eckerd Corporation, que era presidida por Jack Eckerd. Este CEO possuía uma habilidade incomparável para determinar qual modelo de loja faria sentido em determinada localização, e por essa razão enquanto esteve a frente da companhia era a peça central dentro da empresa e sempre determinava primeiramente “o que” precisava ser feito e posteriormente “por quem”. Seu concorrente no ramo de farmácias era Cork Walgreen, que ao contrário de seu par não possuía nenhuma grande habilidade empresarial, e sim em detectar as pessoas qualificadas para cada uma das atividades necessárias, dessa forma seguia a ordem inversa de Eckerd – primeiro escolhendo as pessoas e depois as atividades. Jim Collins, denomina o primeiro modelo como “Um gênio com mil auxiliares” já o modelo de Walgreen como uma “equipe executiva feita para vencer”. O resultado das duas empresas foi diametralmente oposto, quanto Eckerd se afastou da companhia para exercer cargos públicos, sua empresa precisou ser vendida. A Walgreen é atualmente a maior rede de farmácias do mundo.

Sobre a remuneração dos executivos, Jim Collins realizou um estudo analisando a remuneração e incentivos de curto prazo (salário) e longo prazo (ações) de 112 empresas de capital aberto nos EUA. Esse estudo somente reforçou a tese do autor de que o primeiro fator a se escolher dentro de uma empresa é *quem* estará nela. “Não se trata de como você compensa os seus executivos, e sim, em primeiro lugar, de que executivos você deve compensar. [...] Seu código genético e moral exige a excelência pela excelência [...] as pessoas certas vão fazer as coisas certas e gerar os melhores resultados que forem capazes, quase que independentemente do sistema de incentivos” (p.74). Como exemplo dessa estratégia de sucesso o livro apresenta o caso da metalúrgica Nucor, que pagava a seus metalúrgicos mais do que qualquer outra siderúrgica do mundo, sendo 50% da remuneração de um trabalhador diretamente atrelada a produtividade de sua equipe de trabalho, em geral 40 pessoas. Os integrantes das equipes da Nucor, chegavam ao trabalho 30 minutos mais cedo, para arrumar suas ferramentas e iniciar a operação no exato instante em que tocasse a sirene de troca de turno. O sistema da Nucor não objetivava transformar pessoas preguiçosas em trabalhadores eficientes, e sim criar um ambiente em que trabalhadores dedicados prosperassem, e os não dedicados se desligassem da empresa.

Para conectar a revisão bibliográfica apresentada no capítulo 2 com a breve literatura apresentada neste início de capítulo, podemos considerar a obra milenar de Sun Tzu “A Arte da Guerra” que apesar de ser um livro de estratégia/política tem sido amplamente utilizado no ambiente corporativo atual.

Para o filósofo chinês, considerando o contexto vivido, a guerra é um dos assuntos mais importantes do estado. Ele afirma que as batalhas não devem ser longas, de forma a não desestimular as tropas e nem tornar os recursos insuficientes. Além disso, em diversos momentos é enaltecida a importância de surpreender a contraparte como colocado no trecho: “O mais elevado dom da arte militar de enganar o inimigo é esconder as suas intenções” (p.21). Apesar de o texto ser voltado para vitória em conflitos, a principal qualidade do líder para Sun Tzu é: “Excelência mais alta está em obter-se uma vitória e subjugar o inimigo sem, no entanto, lutar [...] o prêmio maior de uma vitória é triunfar por meio de estratagemas, sem usar as tropas” (p.10).

As principais lições da obra se dirigem ao comandante do exército e por isso são aplicadas a qualquer forma de liderança de equipes seja ela política ou empresarial. Em primeiro lugar, o autor coloca que: “Se você quer matar o inimigo, você tem que despertar o ódio de seus soldados” (p.8) que seria o mesmo que dizer para elas encontrarem um propósito em sua atividade, de forma a estarem motivados. A seleção dos soldados também é um dos temas mencionados na obra “Um general qualificado em assuntos de guerra explora sua vantagem estratégica e não pede aos seus homens. Assim, esse general deve saber selecionar os homens certos e explorar uma situação favorável” (p.18). Sobre a forma de gerir os soldados, o autor coloca da seguinte forma: “Deverá comandar as tropas com civilidade e humanidade, para manter os homens unidos” (p.31).

Além do modo como administrar sua própria equipe o autor salienta de que forma deve-se olhar para o contexto externo, no caso dele, para o inimigo. Sun Tzu acredita que se deve tentar obter vantagem dentro das qualidades de seu opositor: “Um chefe sábio deve se esforçar para obter as provisões no solo inimigo” (p.7). Da mesma maneira, o autor compreende a necessidade de se fazer alianças uma vez que existem interesses comuns entre as partes “Todo mundo sabe que as pessoas de Wu e Yue são inimigas, mas se eles viajassem em um mesmo barco apanhado em uma tempestade, eles ajudariam um ao outro” (p.39). Por outro lado, quando as alianças não forem possíveis, considerando os interesses distintos, o autor explica não podemos esperar que o inimigo não lhe ataque, mas devemos nos colocar em uma posição em que não possamos ser atacados (p.26). Por fim, de alguma forma, o autor salienta a importância de se encontrar ajuda especializada para obter sucesso em sua empreitada “Um chefe que não contrata guias locais não pode obter uma posição favorável no terreno para a batalha” (p.23).

II. Contexto internacional

A revisão bibliográfica do capítulo anterior apontou que as pessoas que optam por seguir uma vida pública, além de obterem uma satisfação pessoal em poder ajudar a sociedade,

estão se satisfazendo individualmente através do exercício do poder e enxergando a carreira pública com algo honrado e nobre. Mesmo assim é necessário ponderar os fatores monetários, os autores clássicos salientaram a necessidade de o indivíduo que estiver disposto a se tornar político, já estar em condições de independência financeira, de forma a viver *para* a política e não *da* política. Os autores contemporâneos, ressaltaram o custo de oportunidade que uma pessoa enfrenta ao decidir abdicar de sua carreira privada para se tornar um candidato ao poder executivo. Eles concluem que o aumento no custo de oportunidade pode afastar alguns candidatos, no entanto quanto mais pessoas capacitadas tenderem a ocupar os cargos públicos maior tenderá a ser o benefício social.

Diante desse cenário, é interessante observar de que forma as economias mundiais estão remunerando seus executivos públicos. Em primeiro lugar, coletou-se informações sobre o índice IDH (índice de desenvolvimento humano) disponível no site da ONU, os países foram selecionados da seguinte forma: os dez mais bem colocados, os nove mais mal colocados e os oito países medianos. Na sequência coletou-se através do site do Banco Mundial, o PIB Per capita (produto interno bruto / população total) desses vinte e sete países. Por fim, apurou-se através de sites oficiais e notícias vinculadas o salário dos chefes de estado de cada um dos países.

Em seguida criou-se uma razão entre o salário do chefe de estado pelo PIB Per capita. Essa razão traduz quantas vezes o líder da nação recebe, financeiramente, a mais do que a riqueza média do país. Os resultados são traduzidos no gráfico a seguir:

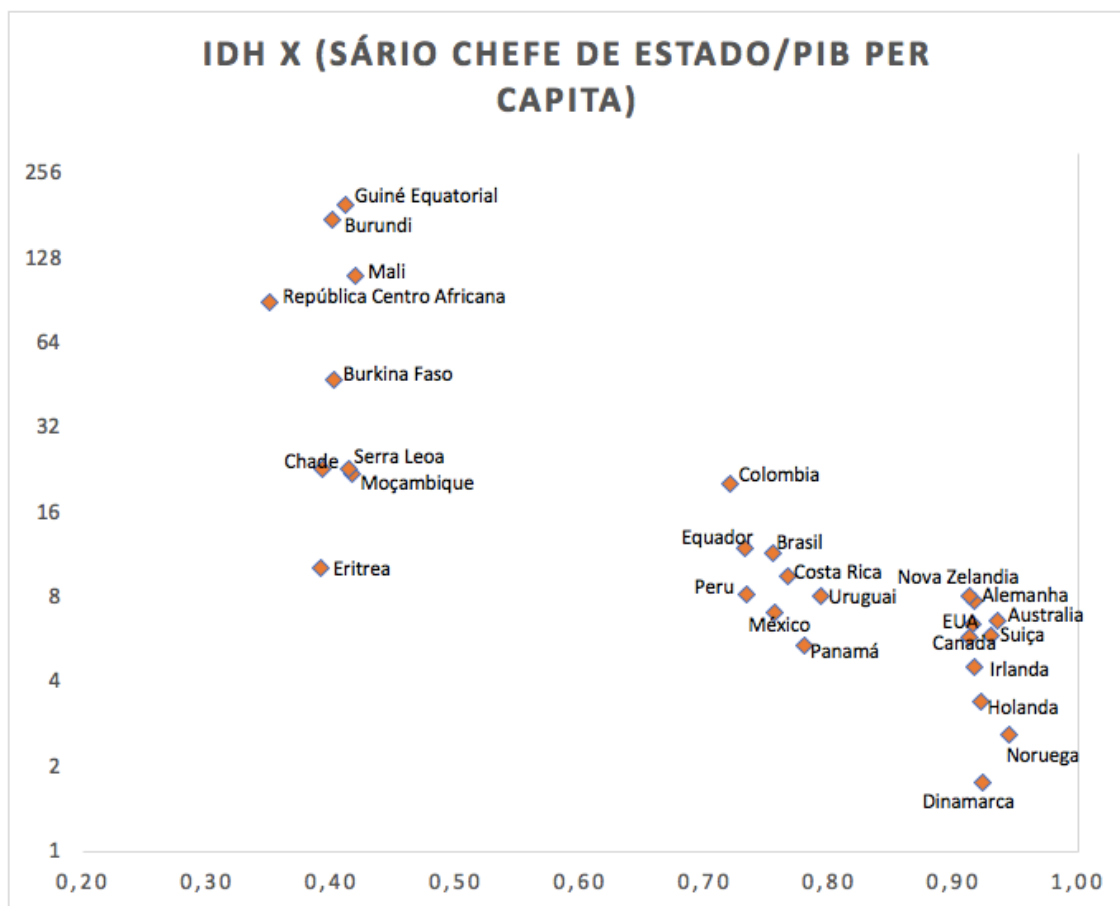


Gráfico 1: índice de desenvolvimento humano X (salário dos chefes de estados / Pib per capita)

O primeiro ponto a se observar é quanto maior é o IDH menor tende a ser o múltiplo de vezes que o chefe de estado ganha acima do PIB per capita. Por outro lado, os países onde o IDH é mais elevado, o PIB per capita também é maior e por consequência o chefe de estado pode vir a ganhar nominalmente mais, mesmo que outro líder tenha um múltiplo maior. De qualquer forma, é bastante visual no gráfico a separação entre os três blocos de desenvolvimento, e que quanto mais desenvolvido menor é a discrepância entre a remuneração do chefe de estado e riqueza média da população.

Considerando os incentivos e as motivações apresentadas nesse estudo, podemos inferir através do gráfico que os países com os melhores IDH tendem a possuir os políticos se candidatando de maneira mais aderente as características descritas por Weber e Aristóteles, bem como uma possível ponderação melhor dos custos de oportunidade. Para

a construção do gráfico considerou-se somente o salário do líder da nação, que em países democráticos é um cargo que demanda enorme esforço para se alcançar, dessa forma se pensarmos que sua remuneração individual está poucas vezes acima da riqueza média da população, esse candidato não estaria no cargo com objetivo de enriquecer. Além disso como trata-se do principal representante do país, as conexões necessárias para se atingir essa função certamente poderiam ter proporcionado diversas outras oportunidades, sem considerar os investimentos necessários para uma campanha eleitoral de ordem nacional.

Podemos analisar a posição do Brasil dentro do canário mundial. Assim como as demais economias latino-americanas, o país encontra-se mais próximo a economias desenvolvidas como Nova Zelândia e Alemanha do que em países subdesenvolvidos como Guiné Equatorial e Burundi. Isso incentiva a análise de outras variáveis que podem impactar tanto o IDH quanto o PIB per capita, dentre elas o CPI (Corruption Perception Index) que é o índice de corrupção percebido, divulgado pela organização de transparência mundial (quanto maior o índice, menor é a corrupção percebida do país), o regime de governo de cada um desses países e a quanto tempo cada um desses governos lidera o país. As informações estão compactadas na tabela abaixo:

	País	CPI	IDH	Modelo de Governo	Ano de início atual governo	Idade do atual governo	Salario Chefe/ PIB Pc
1	Dinamarca	87	0,92	Monarquia Parlamentar	2019	1	1,75
2	Nova Zelândia	87	0,91	Democracia parlamentar	2017	3	8,10
3	Suíça	85	0,93	República Democrática	2020	0	5,83
4	Noruega	84	0,94	Democracia parlamentar	2013	7	2,58
5	Holanda	82	0,92	Monarquia Parlamentar	2010	10	3,40
6	Alemanha	80	0,92	Democracia parlamentar	2005	15	7,77
7	Austrália	77	0,94	Democracia parlamentar	2018	2	6,60
8	Canadá	77	0,91	Democracia parlamentar	2015	5	5,78
9	Írlanda	74	0,92	Democracia parlamentar	2011	9	4,48
10	Uruguai	71	0,79	Presidencialismo	2020	0	8,08
11	EUA	69	0,92	Presidencialismo	2017	3	6,37
12	Costa Rica	56	0,77	Presidencialismo	2018	2	9,44
13	Burkina Faso	40	0,40	Semipresidencialismo	2015	5	47,27
14	Colômbia	38	0,72	Presidencialismo	2018	2	20,20
15	Equador	37	0,73	Presidencialismo	2017	3	11,84
16	Panamá	36	0,78	Presidencialismo	2019	1	5,39
17	Peru	36	0,73	Presidencialismo	2018	2	8,14
18	Brasil	35	0,76	Presidencialismo	2019	1	11,49
19	Serra Leoa	33	0,41	Presidencialismo	2018	2	22,85
20	México	29	0,76	Presidencialismo	2018	2	7,02
21	Mali	29	0,42	Presidencialismo	2002	18	111,15
22	Moçambique	26	0,42	Presidencialismo	1990	30	22,00
23	República Centro Afri	25	0,35	Semipresidencialismo	2016	4	89,39
24	Eritrea	23	0,39	Presidencialismo	1991	29	10,08
25	Chade	20	0,39	Presidencialismo	1990	30	22,85
26	Burundi	19	0,40	Presidencialismo	2005	15	174,06
27	Guiné Equatorial	16	0,41	Presidencialismo	1979	41	196,26

Tabela 1: Ranking de corrupção percebida, regime de governo, e idade do atual governo

As cores em verde delimitam os melhores IDHs, a cor amarela indica os IDHs medianos e o vermelho os países mais mal colocados no índice de desenvolvimento humano. Percebemos que com pequenas e marginais diferenças, os países com melhor IDH também são elencados como mais honestos. Outro ponto notável é que conforme os países vão piorando no índice de corrupção, maior tende a ser a média de anos nas quais o atual governo lidera o país. Por fim, podemos observar que seja por uma questão histórica ou não, o modelo de governo envolvendo um parlamentarismo pode estar positivamente correlacionado com melhores IDH's e melhores índices de corrupção, além de uma discrepância menor entre o salário do chefe de estado e a riqueza média do país.

Diante do exposto, podemos traçar um quadrante de possibilidades sobre um indivíduo que pretende se candidatar. Em primeiro lugar, conforme descrito na bibliografia, a pessoa precisa ter a disposição para exercer a função pública. Ou seja, ela precisa estar disposta a exercer o poder que lhe for concedido, bem como abdicar-se de outras atividades que poderia estar exercendo caso não estivesse atuando na política. Além disso, como descrito na bibliografia, e exposto no gráfico acima como um fator importante para o desenvolvimento econômico do país, o gestor público não pode estar visando somente seu retorno financeiro particular.

A gráfico abaixo representa as alternativas e os perfis de cada pessoa que escolheria, ou não, a vida pública.

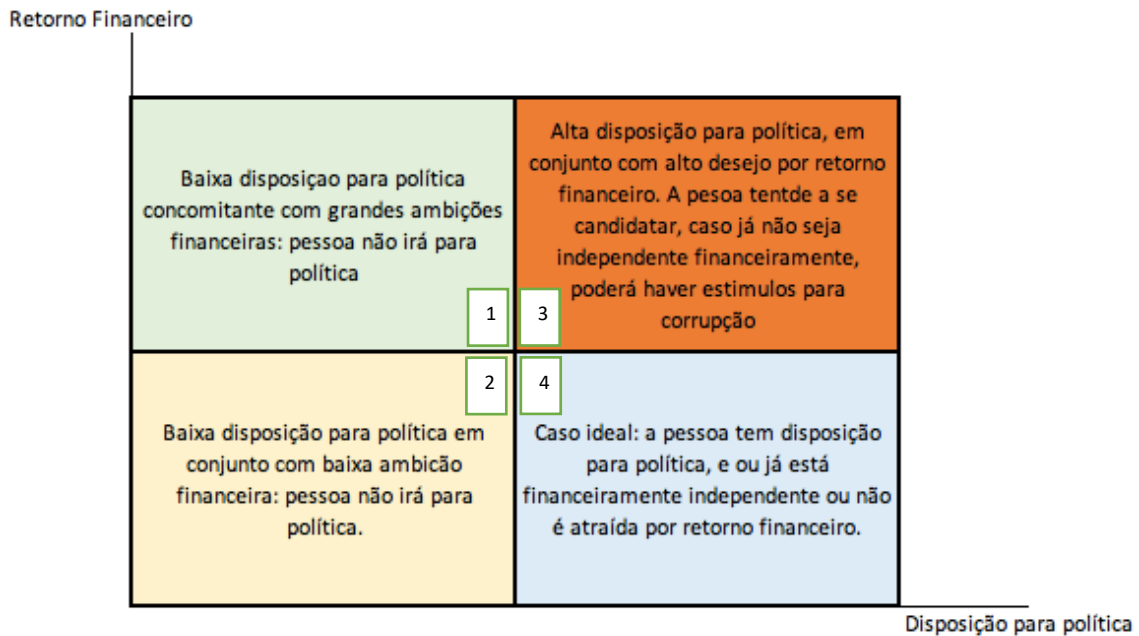


Gráfico 2: Os quatro quadrantes comparativos entre o tradeoff de ir para a política abdicando de uma carreira privada.

Os quadrantes um e dois, representam pessoas que não possuem disposição para política o suficiente para se candidatarem. A diferença entre elas está que no primeiro quadrante o indivíduo possui alta ambição financeira e no segundo não.

Os quadrantes três e quatro representam pessoas que possuem disposição para política. A diferença entre os dois consiste que algumas pessoas vão almejar um retorno financeiro pessoal e outras não. Conforme discutido anteriormente, as ambições pessoais para remuneração financeira devem estar em segundo plano, enquanto a pessoa estiver exercendo a função pública. Dessa forma, o candidato ideal seria aquele que possui disposição para política e não está almejando retorno financeiro, neste momento. Uma pessoa que possua disposição para política e alta ambição financeira pode ser influenciada a não oferecer a disposição de caráter ideal, e acabar se corrompendo.

III. Custo da democracia: financiamento de campanha

Outro motivo que pode afastar uma pessoa a se candidatar a um cargo eletivo é o custo de uma campanha política. Faz parte da democracia que qualquer cidadão possa se candidatar, em algumas repúblicas como nos EUA não é nem mesmo necessária a filiação partidária. No Brasil basta que o candidato se filie a uma legenda partidária e manifeste seu interesse de concorrer.

Cavalcante (2011) realizou estudo sobre a arrecadação de campanha de candidatos ao senado do Brasil nas eleições de 2010, além disso realizou ampla e extensa bibliografia sobre o processo eleitoral democrático e a forma como estas campanhas são financiadas. O autor mostra que as campanhas políticas necessitam do uso de mídia para projetar o candidato, e que este fato demanda grande quantidade de recurso financeiro. Cavalcante menciona o estudo de Silva Bohn (2002), que utilizando dados de 2002, mostrou que o custo médio para se ter uma campanha bem-sucedida ao senado americano era de 6 milhões de dólares. Cavalcante repetiu a estatística para a campanha ao senado brasileiro de 2010, e descobriu que o total arrecadado entre todas as campanhas foi de 348,3 milhões de reais, sendo a média para os candidatos eleitos de 4,1 milhões de reais.

Cavalcante (2011) também estudou a correlação entre o aumento das verbas destinadas a campanha com o sucesso delas, e salienta: “O incremento qualitativo que mais dinheiro pode proporcionar a uma campanha eleitoral, como, por exemplo, a utilização de canais mais efetivos e de materiais e linguagens mais refinadas nas ações de comunicação propostas, por si só podem ser um indicativo de maior viabilidade eleitoral para um candidato.” O autor cita o trabalho de Bourdoukan (2009) para afirmar que a maioria dos países financia as campanhas eleitorais com modelos mistos, ou seja, com recursos provenientes tanto do estado quanto da iniciativa privada.

A pesquisa de Cavalcante corrobora com os estudos de Lemos, Marcellino e Pederiva (2010) sobre a afirmativa de que “quanto maior a arrecadação, maior a probabilidade de

receber votos” pois em todos os estados brasileiro nas eleições para senadores de 2010 os candidatos com poucos recursos tiveram menos sucesso nas eleições.

Zovatto (2005) analisou a forma de financiamento de campanhas políticas em 18 países da América Latina. O autor afirma que o financiamento de campanha se tornou em muitas ocasiões uma fonte de corrupção seja para países desenvolvidos como subdesenvolvidos. O ponto principal do estudo do autor é traduzido no trecho: “O feito dos partidos e das campanhas, ao ver-se associado à corrupção, está longe de contribuir para fortalecer a institucionalidade da democracia, termina muitas vezes produzindo o efeito contrário agravando a crise de credibilidade e confiança nas instituições políticas e pondo a própria política sob suspeita”.

O estudo de Cavalcante (2011) concluiu que as altas doações de campanhas provenientes da iniciativa privada, ferem o princípio da igualdade mínima entre os candidatos, e de acordo com o estudo de Portugal (2006) após este candidato se eleger ele possui um viés para com os ideais de seus doadores de campanha. Cavalcante salienta três principais problemas da forma de financiamento de campanha, (pré-reforma eleitoral em 2017. Lei 13.487/2017). O primeiro deles são as grandes doações privadas, que como exposto acima podem causar viés nas decisões do futuro político bem como desigualdade entre os candidatos. Em segundo lugar, a inexistência de limite para gastos, ou seja, podia-se gastar tanto quanto fosse arrecadado. Por fim, a falta de regulação na prestação de contas dos candidatos.

Em 2017 o Supremo Tribunal Federal determinou que estariam proibidas as doações de empresas para campanhas eleitorais. Com isso, os deputados e senadores chancelaram uma lei que criaria um Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Para as eleições de 2018 foram destinadas uma verba de 1,7 bilhões de reais de recurso público para este propósito, para as eleições de 2020 o congresso já aprovou, no final do ano de 2019, o orçamento de 2 bilhões de reais.

Além disso foram estabelecidas novas regras para os financiamentos de campanha. A primeira delas refere-se ao teto dos gastos, ou seja, existe um valor máximo que se pode gastar de acordo com o cargo que se concorre, para as eleições de 2018 estes valores foram compostos da seguinte forma:

	Primeiro Turno	Segundo Turno	Valor Total
Presidente	R\$70.000.000,00	R\$35.000.000,00	R\$105.000.000,00
Governador	R\$21.000.000,00	R\$10.500.000,00	R\$31.500.000,00
Senador	*	*	R\$5.600.000,00
Deputado Federal	*	*	R\$2.500.000,00
Deputado Estadual	*	*	R\$1.000.000,00

Tabela 2: Teto dos gastos para campanhas eleitorais no ano de 2018. Fonte: TSE (tribunal superior eleitoral)

A segunda regra estabelecida trata da forma como este fundo é distribuído. A divisão é proporcional ao tamanho da bancada de cada partido na câmara dos deputados na eleição anterior, sendo que dentro de cada partido competirá a essa esfera decidir como alocar a sua parte do fundo eleitoral entre os candidatos. Além deste fundo, existe desde 1995, o fundo partidário que serve para custear despesas da legenda como contas de água, luz, aluguel e funcionários da sede do partido; em 2019 a união destinou R\$ 927 milhões para o fundo partidário (fonte TSE).

A terceira regra imposta pela chamada “Reforma Política” consiste no autofinanciamento. Através dela o candidato pode gastar quanto desejar, de seu próprio recurso, para financiar sua própria campanha. Por fim, estão autorizadas doações de eleitores aos seus candidatos limitadas a 10% dos rendimentos tributados deste eleitor no ano anterior a doação.

Portanto, faz parte da democracia que todos os cidadãos possam se candidatar e almejar cargos públicos, no entanto, conforme exposto pelos autores supracitados, as campanhas partidárias para se tornarem vitoriosas demandam recursos financeiros. O Brasil adotou até 2018 um modelo misto de financiamento de campanha que era majoritariamente financiado pela parte privada, em virtudes de corrupções associadas a estes financiamentos o Supremo Tribunal Federal proibiu o uso de recursos privados nas campanhas e o orçamento da união passou a arcar com estes custos. A forma como lidar com os custos de campanhas eleitorais, e por consequência com o modelo democrático, é de amplo interesse nacional e sempre são incentivados novos estudos para este debate.

IV. Teste empírico: Entrevistas com gestores privados

Para compreender de maneira prática a razão pela qual opta-se por seguir uma carreira pública ou privada, este estudo decidiu entrevistar dois grupos de pessoas: executivos privados, de nível hierárquico de diretoria, e políticos. As perguntas formuladas foram feitas com base nos conceitos apresentados na revisão bibliográfica. O objetivo é compreender as diferenças entre os dois grupos e posteriormente compara-las. A metodologia de pesquisa é, portanto, qualitativa, com entrevistas formais e indutivas. Para analisar os dados, será utilizado a técnica de template analysis que irá permitir reconhecer os pontos elencados nas entrevistas e responder as questões de pesquisa que intitulam cada um dos capítulos três e quatro deste estudo.

Foram entrevistados seis executivos privados, com nível hierárquico de diretoria. Todos os executivos possuem ao menos quinze anos de experiência no mercado e atuam em diferentes setores da economia. Ao analisar as entrevistas percebem-se algumas semelhanças entre os entrevistados, bem como razões para terem seguido na carreira privada ao invés da pública. Esses pontos são expostos no template abaixo:

Template para Executivos Privados	
Porque não foi para carreira política	Porque foi para carreira privada
<p><u>A. Fatores psicológicos</u></p> <p>A.1. Medo A.2. Desprestígio social A.3. Corrupção</p> <p><u>B. Disposição</u></p> <p>B.1 Possibilidade de se candidatarem quando se aposentarem B.2. Ausência de perfil B.3 Aversão a se tornarem pessoas públicas</p> <p><u>C. Altruísmo</u></p> <p>C.1. Instituição de caridade</p>	<p><u>A. Nível de instrução</u></p> <p>A.1. Alto nível de instrução A.2. Desenvolvimento pessoal voltado para carreira</p> <p><u>B. Remuneração financeira</u></p> <p>B.1 Maior remuneração B.2 Maior estabilidade</p>

Em primeiro lugar destaca-se os motivos de os entrevistados não terem ido para política. Apesar de todos eles reconhecerem a importância da política institucional, e até mesmo afirmarem praticar política em seu cotidiano, foi notório um sentimento de medo ao falar em um cargo politicamente exposto. Este medo foi apontado em função da percepção de corrupção deste meio, onde alguns afirmaram não ser possível trabalhar nele sem compactuar com as práticas ilegais. Além disso, a maioria dos entrevistados considerou que a profissão de deputado federal, apesar de representar poder, não é prestigiada ou honrada justamente pela percepção de corrupção.

Alguns entrevistados afirmaram que não teriam perfil para um cargo político. Neste caso, o perfil percebido é o de alguém que esteja disposto a se comunicar e fazer negociações constantes como forma de trabalho. Outros entrevistados, desejam participar ativamente da política após se aposentarem. Foi unânime a eles o reconhecimento de poder ajudar o próximo, todos afirmaram que de alguma forma colaboram com a sociedade através de doações a instituições de caridade ou até mesmo a partidos políticos e que não é necessário ser político para ajudar a sociedade.

As semelhanças entre todos os executivos privados, e talvez o principal motivo que os tenha levado para o ambiente corporativo, está no alto grau de instrução. Todos possuíam ao menos algum tipo de pós-graduação, e diversos cursos de reciclagem em seus currículos. Um dos

entrevistados afirmou que: “O caminho para se trabalhar em empresas é o natural, por isso procuramos ter uma boa formação, para se ter um bom emprego”. O histórico de todos os entrevistados mostrou que durante a faculdade eles foram recrutados diretamente ou indiretamente para trabalhar em companhias privadas, e o momento que estão vivendo hoje é fruto do que construíram ao longo destes anos. Quando indagados se esses profissionais sentem que “ganham mais” (nas diversas formas do termo) estando na carreira privada ao invés de ocupando um cargo político, todos afirmaram que ganharam financeiramente mais e que além disso acreditam ter contribuído mais para sociedade, gerando empregos e promovendo boas iniciativas, do que alguns políticos. Por fim, os entrevistados acreditam que a carreira privada representa maior estabilidade e longevidade do que a carreira política, a incerteza sobre as eleições é algo que diminui a disposição destes profissionais em se candidatar.

4. Por que alguém vai para política?

I. Teoria da Escolha Pública

Para compreender os motivos que levam uma pessoa a optar pela carreira política é importante analisar a Teoria da Escolha Pública. Sob essa ótica, os agentes públicos são tratados da mesma forma como agentes humanos racionais, ou seja, ao invés de considera-los de uma forma especialmente altruísta eles são considerados puramente racionais, satisfazendo seus próprios interesses. O autor Paulo Trigo Pereira (1997) possui uma excelente obra sobre a Teoria da Escolha Pública (em inglês: Public Choice) nela está contida ampla revisão bibliográfica sobre o tema além de sua análise. De acordo com a obra, a Teoria da Escolha Pública veio para clarificar os fracassos do governo e os limites da intervenção do estado, naturalmente o conceito foi aproveitado por aqueles que defendem uma menor intervenção do estado na economia, os neoliberais. Segundo Pereira (1997) a Teoria da Escolha Pública é usualmente definida com a aplicação do método econômico a problemas que geralmente são estudados no âmbito da ciência política: grupos de interesse, sistemas eleitorais, partidos políticos, e a constituição, entre outros. Este método tem sido utilizado com sucesso na microeconomia: O Individualismo Metodológico. De acordo com o autor este método sustenta, em primeiro lugar, que a unidade base de análise é o indivíduo, ou seja, só este é o sujeito de ações individuais ou coletivas e só ele tem preferências, valores e motivações.

De acordo com a obra de Pereira (1997) “A postura metodológica individualista resulta de que para muitos economistas é a única operacional, ou seja, mesmo que por hipótese, se aceita a existência de entidades orgânicas supra individuais com vontade própria (grupos, povos, sociedades), torna-se impossível determinar qual seria essa vontade. A incapacidade de a conhecermos não pode logicamente levar a negação dessas entidades, mas leva muitos economistas a adotarem a posição de que qualquer análise de se basear numa postura metodológica individualista. A Teoria da Escolha Pública é sobretudo

processual, cada escolha coletiva no processo político, é resultado das preferências dos agentes envolvidos na escolha e das regras e procedimentos que permitem passar as preferências diversas de cada indivíduo para uma única escolha coletiva. Um segundo elemento do individualismo metodológico é o postulado de que indivíduos são instrumentalmente racionais, ou seja, são capazes de escolher ações apropriadas para os objetivos que pretendem alcançar. [...]. Finalmente, existe um terceiro elemento que muitas vezes vem confundido com o de racionalidade, mas que convém distinguir, que é o de os indivíduos serem egoístas, ou seja, cuidarem essencialmente dos seus interesses pessoais. Egoísmo e racionalidade nas escolhas são os principais atributos do *homo oeconomicus*.” (p.424)

Ainda no estudo de Pereira (1997) é citado as palavras do economista George Joseph Stigler: “As pessoas são egoístas, o que não exclui a possibilidade de poderem ser em certas ocasiões altruístas, mas, quando em situação de conflito interno entre duas ações que se excluem mutuamente, optarão pela egoísta”. Pereira (1997) termina seu estudo apresentando outro conceito importante para a Teoria da Escolha Pública: o Monismo Metodológico. De acordo com este conceito, parece existir uma inconsistência em assumir que os agentes, quando atuam no mercado privado, são egoístas, mas quando atuam no segmento político, são altruístas e perseguem o interesse público.

O livro “Peças e Engrenagens das ciências sociais” de 1989 do autor Jon Elster, também contribui para compreender os motivos de um indivíduo ingressar na política. O autor começa sua obra afirmando que todas as ações humanas são explicadas por oportunidades e desejos – pelo que as pessoas podem fazer e pelo que querem fazer. Além disso, Jon Elster comenta que diversos economistas argumentam que todas as pessoas têm essencialmente as mesmas preferências e desejos, apenas as oportunidades diferem. A partir disso, o livro começa a discutir a presença de altruísmo e egoísmo no comportamento dos indivíduos.

De acordo com o autor, “No estado de natureza ninguém se importa com os outros. [...] Mas talvez o comportamento altruístico realmente surja do alto-interesse.” (p.71). Como

exemplo deste racional é apresentada a situação do patrono de uma obra beneficente que seria motivado, antes pelo seu próprio prestígio, do que pelas necessidades dos beneficiários. O autor salienta também a importância das instituições para motivar o bom comportamento individual, conforme o trecho: “As pessoas são motivadas sempre e em toda a parte pelo auto interesse. [...] A sociedade civilizada, depende de ter instituições que façam com que seja do auto interesse racional das pessoas dizer a verdade, manter suas promessas e ajudar os outros – e não de que as pessoas tenham boas motivações. [...] Toda ação racional deve ser auto interessada porque em última análise é motivada pelo prazer que proporciona ao agente. [...] Se ninguém tivesse prazeres egoísticos em primeira ordem, ninguém poderia, também, ter motivos altruísticos de ordem mais elevada.” (p.72/74). Considerando o estado de egoísmo como natural, o autor estende se raciocínio: “O egoísmo funciona melhor, entretanto, quando combinado com uma porção módica de honestidade. Mantenho minha promessa para com você não porque me preocupe com o seu bem-estar, mas porque me preocupo com minha reputação de pessoa honrada. A competição desenfreada no mercado pode coexistir com a normas de honestidade e cumprimento de promessas.”(p.79).

Na parte final da obra, Jon Elster, retoma com mais profundidade as questões institucionais, o autor define as instituições como um mecanismo de imposição de regras que governam o comportamento de um grupo bem definido de pessoas por meio de sanções externas e internas. Segundo o autor as instituições nos forçam e nos induzem a agir de determinadas maneiras, além disso o autor salienta: “As instituições nos protegem contra as consequências destrutivas da paixão e do auto interesse, mas por outro lado, as próprias instituições correm o risco de serem minadas pelo auto interesse, a “ferrugem das sociedades” conforme chamou Tocqueville.” (p.174). O autor dedica uma atenção especial para ponderar que as instituições devem induzir e não forçar determinados comportamentos. A indução funciona tornando um comportamento desejável menos dispendioso como por exemplo, quando o estado oferece isenções de impostos para investimentos e doações beneficentes ou subsidia firmas em regiões periféricas. (p.176).

Jon Elster, ressalva que as instituições são feitas de indivíduos e que estes podem fazer o que decidir, ao contrário da sociedade. O argumento é colocado da seguinte forma: “Para

o indivíduo não há brecha entre a decisão e a execução, exceto a fraqueza de vontade e a incapacidade física. O mecanismo de transmissão entre o cérebro e a mão não tem vontade ou intenção própria. Uma instituição, por contraste, deve depender de indivíduos com interesses próprios. As decisões institucionais são facilmente defletidas e distorcidas por comportamento em benefício próprio dos agentes que devem executá-las. A forma mais visível e viciosa de oportunismo é a corrupção.” (p.185). O também faz uma comparação entre os setores público e privado de grande valia para este estudo: “Os administradores com frequência são recompensados com bônus em ações para assegurar que seus interesses privados coincidam com os da firma.” (p.185). A comparação segue entre os dois setores, tendendo para a questão da eficiência, conforme o trecho: “Pode haver recompensas para indivíduos que denunciem práticas corruptas. Uma instituição pode vigiar a outra, e mesmo apanhá-la por tentativa de corrupção. Essas soluções tendem a criar seus próprios problemas. A rotação, eleição e escolha aleatória de funcionários trabalham contra a estabilidade e eficiência. Se o objetivo das instituições é promover a eficiência, não faz sentido atar as mãos de funcionários para evitar que aceitem subornos. [...] Um indivíduo que detecta uma prática corrupta poderia lucrar mais chantageando as partes corruptas do que denunciando-as.” (p.185)

Outra obra importante para compreender a Teoria da Escolha Pública e analisar o motivo de uma pessoa optar por se candidatar a um cargo público é o livro “O Declínio do Homem Público – As Tirantias da Intimidade” de Richard Sennett. A obra começa com o autor remetendo a Roma antiga e afirmando que com o passar do tempo os romanos começaram a perder a paixão pela política e a tratá-la como uma obrigação. O autor faz a seguinte comparação: “Hoje, a vida pública também se tornou questão de obrigação formal. A maioria dos cidadãos aborda suas negociações com o estado com um espírito de aquiescência resignada.” (p.15).

Richard Sennett, dedica importante parte de seu livro para salientar como as distinções sociais são aparentes entre as classes sociais apenas pelo modo como as pessoas se vestem, ou seja, desde os anos de 1750 em cidades com Paris e Londres até os dias de hoje é possível ver o status social apenas pelos trejeitos do indivíduo. Dessa forma, o autor indaga como a personalidade de cada um penetrou no domínio público, ele conclui

que: “A personalidade criada pelas aparências, controlada, quando for o caso, por autoconsciência de seu próprio passado, espontânea somente por anormalidade, essas novas caracterizações de personalidade começaram a ser usadas no século passado para se entender a própria sociedade como uma coleção de personalidades. Foi dentro deste contexto geral que a personalidade adentrou ao domínio público das capitais.” (p.193). Sennett segue o raciocínio sobre as implicações dessa personalidade ao homem público da seguinte forma: “Quando a personalidade adentrou ao domínio público, a identidade do homem público dividiu-se em dois. Poucas pessoas continuaram a se expressar em público de modo ativo. [...]. Esses poucos ativos haviam se tornado verdadeiros profissionais nisso. Eram artistas experimentados. Uma outra identidade cresceu paralelamente a essa: era a do espectador. E esse espectador não participava tanto da vida pública quanto se empedernia em observa-la.” (p.243).

Uma das características, presentes no homem público, mais importantes salientadas pelo autor é o narcisismo, ao qual é definido da seguinte maneira: “trata-se de um auto interesse esclarecido, ou o que é tecnicamente chamado de função secundária do ego. Na medida em que uma pessoa puder formar em sua própria mente uma ideia daquilo que queira, daquilo que sirva a seus próprios interesses. [...] Ela julga o que há na realidade para ela, ao invés de julgar o que é em si mesma.” (p.272). Sobre os citados como espectadores, aqueles que não participam da vida política ativamente, o autor aponta que estes ao invés de quererem julgar o político, desejam ser emocionados por ele e até mesmo experimenta-lo. Ou seja, os espectadores concentram-se em saber quem ele é, ao invés de saber como ele poderia ajuda-los. Richard Sennett coloca que essa é a definição de líder carismático de Weber, já apontada na revisão bibliográfica deste estudo. Além disso, Sennett descreve o ponto psicológico desses líderes carismáticos através das palavras de Freud: “Os líderes carismáticos devem sempre estar presentes na sociedade, pois sem eles as massas estarão sempre prontas para mergulhar a sociedade em caos. Para Weber, tais líderes ocorrem esporadicamente, pois somente em determinadas épocas é que a sociedade mergulha em desordens que ela sente não poder resolver por si mesma, requerendo ajuda do Além.” (p.334). Por fim, o autor conclui que o carisma secular corresponde especialmente bem às necessidades de um certo tipo de político, no seu trato com determinadas classes de pessoas, conforme o trecho: “O político de origens humildes, faz sua carreira incitando o público com ataques contra o sistema, contra o

Poder Estabelecido, contra velha ordem. [...] Ele não representa um comprometimento com uma nova ordem, mas sim um puro ressentimento.” (p.338).

O livro corrobora em diversos momentos com a Teoria da Escolha Pública apresentada neste estudo. Richard Sennett, afirma que os indivíduos buscam continuamente a auto realização, e define que o homem público ideal é capaz de movimentar-se sem preocupações em situações que não são familiares.

II. *Teste empírico: Entrevistas com gestores públicos*

As entrevistas foram conduzidas em Brasília com nove deputados federais e um deputado estadual. Assim como nas entrevistas dos executivos privados foi possível notar algumas semelhanças entre os políticos e motivos que os levaram a esta carreira ao invés da privada. Estes pontos estão elencados no template abaixo:

Template para Executivos Públicos	
Porque não foi para carreira privada	Porque foi para carreira pública
<p><u>A. Vontade pessoal</u> A.1. Alternativa viável</p> <p><u>B. Histórico</u> B.1. Gerações de políticos B.2. Início da carreira já é no setor público</p>	<p><u>A. Altruísmo</u> A.1. Vontade de ajudar A.2. Defesa de uma causa A.3. Abstenção de interesses pessoais</p> <p><u>B. Prestígio social</u> B.1. Alta percepção de honra na função parlamentar B.2. Trabalho como realização pessoal</p> <p><u>C. Ideologia</u> C.1. Pertencimento a um grupo C.2. Corrupção C.3. Realizar um trabalho melhor</p>

Em todas entrevistas com políticos, ao contrário das entrevistas com executivos privados, é exacerbante o quanto eles expressam a vontade de ajudar ao próximo, especialmente aos cidadãos conterrâneos. Os entrevistados não afirmam estar exercendo aquela função por si próprios, mas sim pela sociedade, e seus eleitores, dessa forma afirmam absterem de seus interesses pessoais. Ao mesmo tempo sentem-se realizados. Quando um deputado foi perguntado se teria um retorno financeiro maior trabalhando no mercado privado, a resposta foi a seguinte: “É que a questão não é financeira. Se fosse por comodidade eu trabalhava menos e ganhava mais. Você vem aqui, é que nem Jockey Club, você começa a jogar, você vicia e não larga mais. É o que acontece com a política. Você entra e não sai mais, porque cada dia é diferente do outro, não tem rotina. É legal, se você já está bem estabilizado na vida, ir para a política é gostoso. Agora, se você for depender do salário, porque você acaba gastando todo o salário que você ganha aqui com política. Porque você tem que dar, é prenda não sei aonde, todo mundo acha que você é um banco.”

Os deputados entrevistados foram unânimes ao afirmar que o exercício da profissão parlamentar possuía grande prestígio social. Em quatro entrevistas foi citado como exemplo desse prestígio e poder a verba orçamentaria de emenda parlamentar que, segundo os entrevistados, varia de 12 a 20 milhões de reais e permite ao deputado fazer obras como escolas e hospitais em suas regiões colegiadas. Além disso, os políticos entrevistados afirmaram que estavam nesta atividade para combater a corrupção existente, e que tinham o dever de estar ali pois conseguiriam fazer mais pela sua região do que outros candidatos.

A maioria dos entrevistados julgou-se que poderia estar trabalhando na iniciativa privada, mesmo nunca tendo atuado no setor. Foi unânime o histórico de vida pública da amostra coletada, todos os deputados tinham atuado a maior parte de sua carreira como funcionários públicos e outros cargos políticos. Segundo eles, para se alcançar uma vaga na câmara dos Deputados é necessário “construir suas bases e conversar com as lideranças”.

Quando um dos deputados foi perguntado se a carreira parlamentar deveria ser atraente para um jovem que possuísse oportunidade na carreira privada a resposta foi a seguinte:

“Acho que não, porque é muito instável. Você fazendo concurso público, entrou ali, dificilmente sairá. E você sendo bom trabalhando numa empresa, você a princípio terá uma constância maior do que quatro anos. Porque aqui traz um grande problema também. Um cara como eu, que tem 20 e poucos anos de mandato... Eu tenho 49 anos, vamos supor que não me reelejo. Estou na praça, com 52 anos, num currículo que, dependendo do ângulo, é muito bom, dependendo do ângulo, é muito ruim. Porque vou chegar, fui secretário do esporte, chefe da Casa Civil, vereador de João Pessoa, deputado estadual três vezes, deputado federal duas. Restringe muito a minha área de atuação.”

III. Apresentação do modelo

Com base em toda a revisão bibliográfica apresentada neste estudo, desde os autores clássicos até as comparações contemporâneas entre as remunerações dos líderes de estado e considerando todas as entrevistas com executivos privados e deputados, é possível propor um modelo de escolha racional que determina em que condições uma pessoa irá optar por se candidatar a um cargo político.

O primeiro ponto a se considerar é a disposição para política. O termo disposição remete a Aristóteles, e demonstra a propensão de alguém desejar se tornar político. Assim como representado no gráfico 2 essa disposição para política pode ter os motivos justos ou eventualmente mal-intencionados. A disposição de caráter justa é aquela apresentada por Aristóteles e Weber, onde o sujeito possui estabilidade financeira suficiente para ter ociosidade disponível e dedicar-se exclusivamente em prol da sociedade e não a si próprio, como dito anteriormente ele estará disposto a *viver para* política e não *da política*. A revisão deste estudo também apontou qual seria o perfil ideal de um político, de acordo com Platão estes não devem almejar obter nenhum benefício por sua condição, além de terem uma experiência prévia necessária. No entanto, esta disposição em se candidatar, também pode ocorrer em pessoas que não estejam bem-intencionadas, e almejem alcançar cargos políticos, para exclusivamente obterem vantagens individuais.

Portanto, sejam pessoas com perfil adequado ou não, é necessário que para um indivíduo tornar-se político ele tenha a disposição para este trabalho. Esta atividade consiste em investir em uma campanha para angariar eleitores, negociar com partidos e entidades públicas, realizar propostas de melhorias dos serviços públicos além de outras práticas.

Conforme a bibliografia apresentada outro motivador que incentiva uma pessoa a se candidatar a um cargo político é o exercício do poder. Se o item anterior representa o puro altruísmo, este item traz uma motivação intrínseca ao candidato. É justo que uma pessoa almeje uma determinada função pelo seu próprio prazer ou pela sua vaidade pessoal em função do status social daquele cargo. Ao longo do estudo mostrou-se, especialmente através de Maquiavel, que a prática do poder de um governante atrai a busca por esses cargos, dessa forma nomeemos o Poder Percebido como a motivação individual de uma pessoa se candidatar a um cargo político para conseguir exercer poder. É natural, que seja possível exercer poder em estruturas privadas, ou mesmo em ambientes familiares, no entanto o poder político amparado pelas leis de um país eleva as motivações daqueles que valorizam este exercício a um patamar superior. Dessa forma o Poder Percebido representa o quanto uma pessoa se sente motivada em estar na política para se tornar uma autoridade e exercer o poder conferido a ela. Este sentimento varia de acordo com cada pessoa, bem como é percebido de forma diferente entre elas, e definitivamente impacta a decisão em se candidatar.

O terceiro fator que compõe a tomada de decisão em se candidatar para um cargo político é o custo de oportunidade. Conforme explicado anteriormente o custo de oportunidade é definido pelos economistas como o valor da oportunidade renunciada em se tomar uma decisão. No caso específico em análise, quando uma pessoa opta por investir seu tempo em uma carreira política ela está abdicando de utilizar este tempo para outra atividade, que pode ser uma carreira privada, a criação de uma empresa, um trabalho voluntário ou absolutamente nada. Ou seja, cada pessoa tem algumas alternativas e oportunidades de escolha para conduzir a sua vida, de forma que os custos de oportunidade em tomarem uma decisão variam de acordo com a alternativa que poderiam ter tomado. O custo de oportunidade muda ao longo da vida, quando se é jovem por exemplo o custo de oportunidade em dedicar-se integralmente para um trabalho voluntário pode ser medido

pelo salário de um estágio, anos mais tarde, caso esta pessoa se torne diretora da empresa, o custo em abdicar-se do emprego para se tornar voluntario é maior.

O fator custo de oportunidade foi abordado em extensão no capítulo 2 deste estudo, quando discutiu-se a remuneração dos cargos políticos. De acordo com alguns autores apresentados, ao elevar-se o salário dos políticos alguns profissionais de qualidade do mercado privado percebem uma equivalência em seu custo de oportunidade e ingressam na carreira política, elevando a qualidade dos gestores públicos. Ao longo das entrevistas esse ponto também foi amplamente discutido, alguns profissionais privados gostariam de participar ativamente da política mas neste momento estão custeando despesas familiares e tendo uma remuneração maior na iniciativa privada, dessa forma alguns entrevistados afirmaram que se candidatariam a cargos políticos quando se aposentassem e o custo de oportunidade caísse. Em contra partida os Deputados entrevistados foram unânimes em afirmar que financeiramente estariam ganhando mais na iniciativa privada, no entanto, sentem-se realizados em exercer o mandato.

A ponderação entre estes três fatores que determinam se uma pessoa optará por se candidatar a um cargo político ou não é elencada abaixo:

$$D + Pp - Cop > 0$$

D = Disposição para política.

Pp = Poder percebido.

Cop = Custo de oportunidade em ser um político.

Podemos dividir a fórmula em duas componentes. A primeira delas é composta pela soma entre a Disposição para Política e o Poder Percebido. Este fator determina o quanto uma pessoa se sente atraída para a política. Ou seja, a Disposição representando a vontade da pessoa em exercer o trabalho político adicionada a motivação intrínseca da recompensa de poder oferecido pelo cargo. Algumas pessoas simplesmente rejeitam ter de participar de uma campanha eleitoral, negociar com representantes sindicais e simplesmente não possuem aptidões para o trabalho. Além disso o exercício do Poder pode não atrair algumas pessoas que se sentem mais passivas. Por outro lado, existem pessoas que almejam exercer cargo político, bem como valorizam o direito de exercer seu poder por meio de uma autoridade pública. No entanto, mesmo com a soma destes dois fatores sendo positiva não é garantido que o indivíduo irá se candidatar, é necessário considerar o custo de oportunidade.

A primeira parte da equação sintetiza o quanto a vida política atrai a pessoa. No entanto, mesmo que uma pessoa se sinta atraída por participar de um cargo eletivo ela pode obter um Custo de Oportunidade muito alto em abdicar de sua situação atual. Dentro do vetor Custo de Oportunidade não está somente a remuneração financeira, aqui estão alguns pontos elencados no Template deste capítulo, como o medo em exercer cargo político ou conforme elencado durante as entrevistas, questões familiares particulares. Portanto, a fórmula tenta sintetizar os pontos positivos e negativos ponderados por uma pessoa que necessite decidir se disputa um cargo eletivo ou não. Caso os atrativos da vida pública sejam maiores que os custos de oportunidade daquela pessoa ela irá para a política.

Este modelo apresenta pontos de melhoria que servem como sugestão para novos estudos. O primeiro deles é como mensurar cada um dos componentes da equação. Os três fatores elencados são valores intangíveis. Poderiam ser criados parâmetros de análise afim de atribuir uma nota para cada um dos componentes e através de entrevistas testar se a equação está ponderando corretamente pessoas que optaram pela carreira privada e pessoas da carreira pública. Uma vez comprovada a eficácia dos parâmetros para medir cada um dos componentes, seria possível verificar também se pessoas deveriam ter optado pela outra carreira. Esse raciocínio corrobora com Zingales, em contraponto a escola de Chicago onde os indivíduos não são sempre perfeitamente racionais.

Além disso o modelo não contempla a qualidade do candidato. A equação apresentada procura delimitar as componentes que fazem a tomada de decisão entre se candidatar a um cargo político, ou não. Assim como outros estudos, é possível trabalhar a equação afim de determinar em que condições haverá candidatos de qualidade e bem-intencionados. Essa melhoria também poderia ser feita em novo estudo.

5. Conclusão

Este estudo iniciou abordando os principais autores clássicos e suas visões sobre as características necessárias para um bom político, bem como as motivações e incentivos que os levaram a se candidatar. Verificou-se que idealmente políticos tenham as virtudes de caráter salientadas por Aristóteles, bem como as condições financeiras e de tempo para dedicarem-se ao serviço público explicadas por Weber. Foram contemplados diversos autores contemporâneos que salientaram a necessidade de se ponderar os Custos de Oportunidade em se candidatar, bem como a correlação positiva entre o salário dos políticos com a qualidade destes profissionais [Di tella e Fisman (2004) ; Ferraz e Finam (2006) ; Messner e Mattias (2004)]. A revisão bibliográfica seguiu analisando os conceitos de Douglass North e Zingales sobre a forma como as instituições informais corroboram para o fomento da economia de um país, além disso aplicamos aos fatores culturais do Brasil utilizando obras de Sergio Buarque de Holanda e Sergio Lazzarini.

O terceiro capítulo deste estudo procurou explicar as razões de uma pessoa não desejar se candidatar a um cargo político. No início do capítulo foram apresentados autores respeitados na bibliografia corporativa que apresentaram conceitos como o ROI (Return on Investment) em se contratar um funcionário, bem como quais as pessoas com perfil ideal para promover o crescimento de uma indústria. Neste capítulo foi apresentado também uma comparação internacional entre quantas vezes acima da riqueza média de um país é o salário deste chefe de estado. Esse índice foi analisado em conjunto com o IDH (índice de desenvolvimento humano) do país e com o CPI (Corruption Perception Index) de forma a comparar e correlacionar o modo como países desenvolvidos remuneram os seus gestores além das motivações destes para exercerem o cargo.

Neste capítulo, abordou-se um dos motivos que mais mitiga as pessoas em se candidatar: o financiamento de campanha. Apresentou-se a correlação positiva entre o valor investido em uma campanha e a possibilidade de sucesso. Além disso foi abordado as formas e limites de campanha vigentes no Brasil. Por fim, o capítulo apresentou o

template analysis de entrevistas feitas com executivos privados sobre as razões de terem escolhido a carreira privada em detrimento a pública.

O quarto capítulo deste estudo objetivou responder as razões que levam uma pessoa a se candidatar a um cargo político. O capítulo explora com profundidade a Teoria da Escolha Pública, que traz uma visão mais racional para o discurso comum a políticos que afirmam exercerem seus mandatos por puro altruísmo. Foram feitas entrevistas com nove deputados federais e um deputado estadual para compreenderem os motivos de eles terem se candidatado, os resultados foram apresentados através da metodologia de template analysis. Mediante todas as informações abordadas nesta obra, foi proposto um modelo para clarificar o racional de uma pessoa que conjectura a possibilidade de se candidatar a um cargo político. Os fatores a serem analisados são: Disposição para política, Poder Percebido e Custo de oportunidade.

**

Com base em todo o processo de análise desta obra podemos tentar utilizar o estudo para melhorar a qualidade dos políticos brasileiros. Conforme apresentado na introdução, a população brasileira vive hoje um cenário de bastante descrença na classe política. Os fundos partidários e fundos eleitorais são amplamente criticados, mesmo assim são poucos os cidadãos que têm apetite para abdicar de sua profissão e investir em uma candidatura para de fato trabalhar pelo país.

Os jovens que terminam o colegial, almejam entrar em boas universidades para conseguirem bons empregos. Enquanto estão na graduação, são motivados pelas universidades e empresas a prestarem estágio e até mesmo programas de trainee, com isso ingressam praticamente por inércia no mercado de trabalho privado. Evidentemente que as pessoas buscam trabalhos com os quais se identificam, mas é natural que haja reclamações cotidianas sobre os chefes diretos e o ambiente corporativo em geral. No entanto, as pessoas seguem em seus trabalhos para honrarem com suas responsabilidades,

satisfazerem seus desejos de consumo, pela pressão social em participar do mercado de trabalho e para tentar enriquecer.

Através das entrevistas realizadas neste estudo e por senso comum, os cargos políticos não são percebidos pela população como uma profissão da mesma forma que no mercado privado. Em primeiro lugar é necessário passar por uma milionária campanha eleitoral, além de necessitar angariar apoios de entidades e repartições para constituir uma base eleitoral. Por fim, os mandatos, com exceção do Senado, duram apenas quatro anos e após este período se o político não se reeleger fica sem o seu salário, que no cargo de deputado federal é de R\$33.763,00. Desta forma, assim como traduzido por um parlamentar durante o capítulo 4 deste estudo, a carreira política é instável e representa diversos riscos a mais do que a carreira privada.

Tomamos como base neste estudo os Deputados Federais. Em 2019 essa classe política, teve uma verba de emenda parlamentar de aproximadamente 13 milhões de reais, por Deputado, para decidir arbitrariamente como gastar. Ou seja, ao longo do período de 4 anos de mandato um único Deputado terá investido quase 60 milhões de reais de dinheiro público em obras planejadas por ele. Esse recurso poderá ser utilizado para construir creches, escolas, hospitais, em regiões da base eleitoral deste Deputado. Além das emendas parlamentares, cabe aos Deputados federais analisarem, criarem e votarem Leis que podem significar bilhões de reais. Se fizemos uma comparação com o mercado privado, muito provavelmente se um executivo tiver individualmente o poder de investir 13 milhões de reais em um ano, ele provavelmente terá um salário maior do que os R\$33.763,00 de um Deputado Federal.

Em minha opinião, essa assimetria apresenta uma grande oportunidade de melhoria para a classe política no Brasil. Como apresentado na revisão bibliográfica deste estudo, é fundamental que os bons políticos tenham uma disposição correta para participar da política, no entanto essa disposição, de certa forma altruísta, não é exigida para se trabalhar em uma empresa privada. Não existe constrangimento por parte de um executivo privado em dizer que está trabalhando em determinada companhia porque

deseja enriquecer, ou seja, não é pelo fato de ele estar priorizando a si próprio que a companhia se prejudicará. Como vimos no início do capítulo 3, é inclusive desejável que as companhias forneçam remunerações variáveis para motivar os colaboradores a alcançar os resultados esperados pela empresa.

Portanto gostaria de indagar por que os motivos que levam uma pessoa a seguir pela carreira pública precisam ser diferentes dos motivos que levam uma pessoa para a carreira privada? Não seria interessante se o estado pudesse motivar e proporcionar as mesmas ferramentas de recrutamento que as empresas privadas? Dessa forma, poderíamos encontrar os mesmos profissionais dedicados que existem na indústria, trabalhando como políticos. Além disso, um dos problemas elencados para quem se torna um parlamentar é a empregabilidade posterior ao mandato, se o ambiente público se aproximasse do ambiente privado, a passagem por um cargo político seria como a passagem por mais uma empresa no currículo de qualquer executivo.

Considerando a Teoria da Escolha Pública apresentada neste estudo, onde a indivíduos racionais maximizam sua função de utilidade, e colocando como premissa que a remuneração financeira individual é um fator que precede o altruísmo, e aplicando o modelo apresentado no capítulo 4, podemos chegar a seguinte conclusão; um candidato a Deputado Federal encontra-se em um dos três cenários:

1. Possui um custo de oportunidade inferior ao salário de um Deputado Federal. Ou seja, se ele tivesse que buscar um emprego na iniciativa privada, dado as suas aptidões não conseguiria uma colocação melhor. Essa hipótese significa que o país terá como candidatos profissionais menos qualificados que a iniciativa privada.
2. Já possui uma condição financeira extremamente confortável que lhe permite desconsiderar a questão financeira e trabalhar somente por altruísmo e prestígio social. Essa hipótese apresenta um risco democrático, uma vez que poucas pessoas

terão o privilégio de estar nesta condição para se candidatar. Além disso dificilmente todas as vagas seriam preenchidas por pessoas nestas condições.

3. Considerando sua curva de utilidade, possui um custo de oportunidade superior a soma entre o salário de deputado e o benefício intrínseco no altruísmo de ser um parlamentar e irá se utilizar de vantagens ilícitas para compensar essa diferença.

A revisão bibliográfica deste estudo mostrou a correlação positiva entre o aumento do salário dos políticos e a melhora da qualidade destes gestores. Se tomarmos como base a câmara dos Deputados, o país poderia pagar mais para estes políticos que possuem tamanha responsabilidade em gerir bilhões de reais do país de forma a conseguir captar pessoas mais qualificadas. Isso não necessariamente representaria um aumento de custos para o Brasil, atualmente a câmara possui 513 Deputados, talvez não seja necessário ter tantos parlamentares para representar o povo. Dessa forma, se ficássemos apenas com um terço destes Deputados (171) - acredito que ainda seria possível ter todas as ideologias políticas representadas na câmara – e triplicássemos o salário destes profissionais para 100mil reais, eles passariam a ter uma remuneração compatível com a iniciativa privada e com a responsabilidade que possuem. Além disso, com uma classe de políticos mais qualificada e melhor remunerada talvez o estigma popular de que só há corruptos neste meio diminuísse, pois a hipocrisia de que se faz política exclusivamente para ajudar o próximo não seria mais necessária.

Portanto este estudo contribuí para a discussão sobre como melhorar a qualidade da classe política no Brasil. Conforme elencado ao longo da obra existem fatores que motivam e incentivam uma pessoa a se candidatar para um cargo político em detrimento de um cargo privado. É fundamental que assim como a indústria privada proporciona um ambiente institucional para recrutar os melhores profissionais, que a sociedade brasileira esteja atenta para induzir condições que motivem bons profissionais a se candidatarem.

O jargão popular diz “precisamos aprender a votar” – antes disso, precisamos incentivar a competição eleitoral para termos boas escolhas, e não “votar por eliminação” como diz o povo.

Bibliografia

Aristóteles. *Ética a Nicômaco*. 1ª Ed. São Paulo: Editora Martin Claret, 2015

Aristóteles. *Política*. 1ª Ed. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007

Becker, Johannes; Peichl, Andreas; Rincke, Johannes. Politician's Outside Earnings and Electoral Competition. *Journal of Public Choice*, 2009

Besley, Timothy. Political Selection. *Journal of Economic Perspectives*, 2005

Caldeira, Jorge. *História da Riqueza do Brasil*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017

Cavalcante, Carlos. *O Custo da Democracia: O Financiamento Privado das Campanhas para o Senado em 2010 e suas implicações à Competição Política*. PUC-RS, 2011

Collins, Jim. *Empresas feitas para vencer*. 1ª Ed. São Paulo: HSM do Brasil, 2013

Crainger, Stuart. *O Estilo Jack Welch de Gerir*. 1ª Ed. São Paulo: Editora Gente, 2009

Demo, Pedro. *Política social, educação e cidadania*. 6ª Ed. Santa Catarina: Paírus, 2006

Di Tella, Rafael; Fisman, Raymond. Are Politicians Really Paid Like Bureaucrats?. *The Journal of Law and Economics*, 2004

Elster, Jon. *Peças e Engrenagens das ciências sociais*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994

Evans, Peter. *Autonomia e Parceria estados e transformação industrial*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004

Ferraz, Claudio; Finan, Frederico. *Motivating Politicians: The Impacts of Monetary Incentives on Quality Performance*. National Bureau of Economic Research, 2009

Gehlbach, Scott; Sonin, Konstantin. *Businessman Candidates: Special interest Politics in Weakly Institutionalized Enviroments*. University of Michigan, 2004

Guiso, Luigi; Sapienza, Paola; Zingales, Luigi. *Does Culture Affect Economic Outcomes?*. National Bureau of Economic Research, 2006

Gutemberg, Luiz. *Ulysses Guimarães*. 1ª Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016

Hobbes, Thomas. *O Leviatã*. 1ª Ed. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1989

Holanda, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 27ª Ed. São Paulo: Cia das Letras, 2019

Jasmin, Marcelo. *Despotismo e História na Obra de Alexis de Tocqueville*. Rio de Janeiro, 1995

Jensen, Doug; Mc Mullen, Tom; Stark, Mel. *The Manager's Guide to Reward*. 1ª Ed. New York: Amacom, 2007

Kaene, Michael P.; Merlo, Antonio. *Money, Political Ambition, ande the Career Decisions of Politicians*. *American Economic Journal*, 2010

Lazzarini, Sergio. *Capitalismo de Laços*. 1ª Ed. São Paulo: Editora Campus, 2011

Locke, John. *Dois Tratados sobre o Governo*. 1ª Ed. São Paulo: Editora Martin Fontes, 2001

Maquiavel, Nicolau. *O Príncipe*. 4ª Ed. Bauru: Edipro, 2015

Marx, Karl; Engels, Friedrich. *Manifesto Comunista*. 3ª Ed. São Paulo: Editora Boi tempo, 2019

Marx, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. 1ª Ed. Bauru: Edipro,2017

Mattozzi, Andrea; Merlo, Antonio. *The Transparacy of Politics and the Quality of Politicians*. *Amercian Economic Association*, 2007

Melo, Carlos. Collor o ator e suas circunstâncias. 1ª Ed. São Paulo: Editora Novo Conceito, 2007

Messner, Matthias; Polborn, Mattias. Paying Politicians. Journal of Public Economics, 2004

North, Douglass. Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico. 1ª Ed. São Paulo: Três Estrelas, 2018

Pereira, Paulo Trigo. A Teoria da Escolha Pública (Public Choice): Uma abordagem Neoliberal. Jornal Análise Social, 1997

Petry, Jacob. Poder e Manipulação. 1ª Ed. Alphaville: Faro Editorial, 2016

Platão. A república de Platão. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2006

Ruedigler, Marco Aurélio. O dilema do brasileiro entre a discrição no presente e a esperança no futuro. São Paulo: FGV, 2017

Sennett, Richard. O Declínio do Homem Público. 1ª Ed. São Paulo: Cia das Letras, 1988

Tocqueville, Alexis de. A Democracia na América. 1ª Ed. Bauru: Edipro, 2019

Tocqueville, Alexis de. Lembranças de 1848 as jornadas revolucionárias em Paris. 1ª Ed. São Paulo: Editora Schwarcz, 2011

Tzu, Sun. A Arte da Guerra. 6ª Ed. São Paulo: Editora madras, 2006

Weber, Max. Ciência e Política Duas vocações. 18ª Ed. São Paulo: Cultrix, 2011

Zovatto, Daniel. Financiamento dos Partidos e Campanhas Eleitorais na América Latina: Uma Análise. Instituto Internacional para la Democracia y Asistencia Electoral (IDEA), 2005